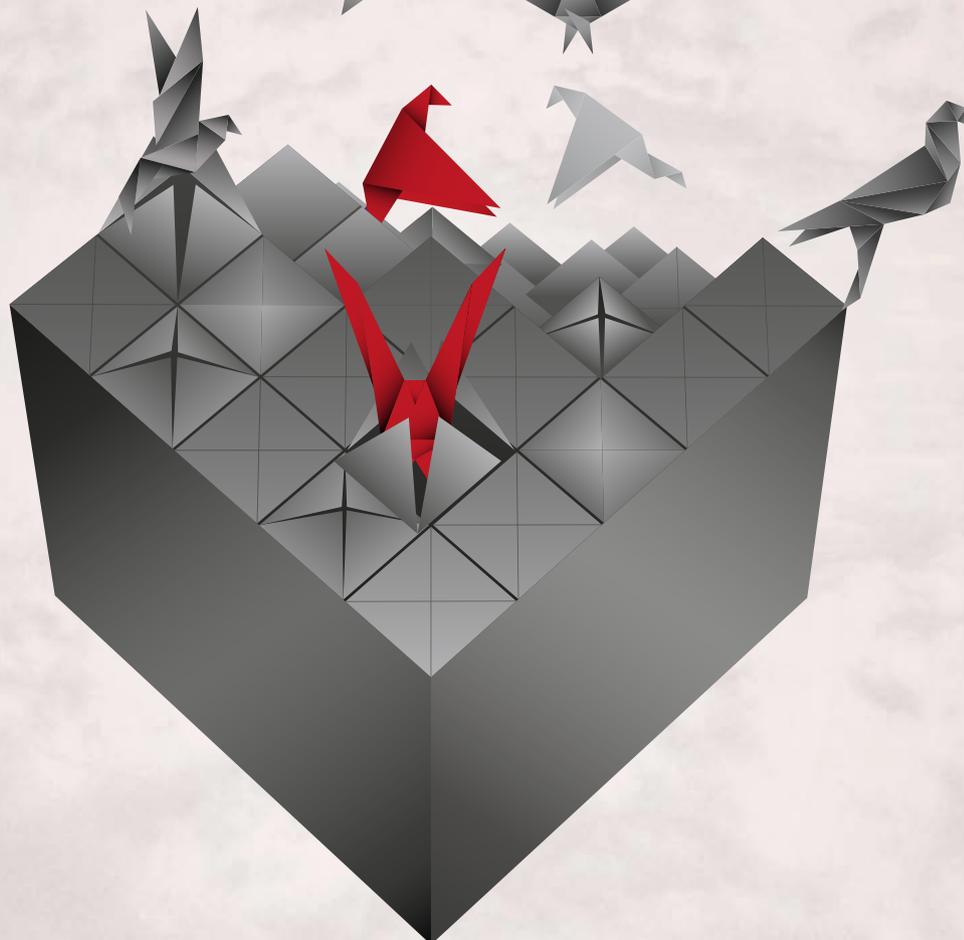




GESTÃO ESTRATÉGICA

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ano 2014



GUARDIÕES

Saiba quem foram os guardiões de cada objetivo estratégico do MPDFT

ARTIGO

O projeto como instrumento de transformação do presente para o futuro

MAPA ESTRATÉGICO

Você sabe ler e interpretar o Mapa Estratégico do MPDFT?

VOCÊ CONECTADO ao MPDFT

A Secretaria de Planejamento do MPDFT criou o Banco de Projetos.

Todos podem acompanhar os projetos desenvolvidos pela Instituição com o detalhamento de suas perspectivas estratégicas, de seus objetivos, descrição, resultados e gestores.


Banco de Projetos
do MPDFT

EDITORIAL

Apresentar o Relatório Anual de Gestão Estratégica é sempre motivo de alegria por se tratar de um documento que reúne o esforço coletivo na busca de um Ministério Público mais eficiente. Nessa edição em formato de revista, estão relatados os feitos das Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e Unidades Administrativas no exercício de 2014. Os indicadores do Planejamento, aqui apresentados, permitem acompanhar a evolução da Instituição, comemorar as vitórias obtidas e refletir sobre os temas que demandarão maior dedicação nos próximos anos.

Em 2015, o MPDFT entrou no quinto ano de execução do Planejamento Estratégico, que prevê ainda ações para o próximo quinquênio. Trata-se apenas da metade do caminho e muitas conquistas ainda estão por vir. Conquistas que pressupõem incansável trabalho na busca de melhores resultados para o cidadão, maior aprimoramento das atividades internas e constante desenvolvimento das pessoas.

Agradecemos a todos os membros, servidores, estagiários e terceirizados que acreditam na construção de um Ministério Público mais produtivo, ágil, transparente e próximo da sociedade. Juntos seguiremos em busca de um objetivo maior que é fazer dessa Instituição uma referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da Justiça. Essa é nossa visão de futuro. É aonde queremos chegar.

Ana Luiza Lobo Leão Osório
Dermeval Farias
Assessores de Políticas Institucionais



Mensagem da capa

A mensagem que ilustra a capa deste relatório é de mudança: um bloco que se reinventa, transformando-se em *tsurus*, pássaros japoneses que simbolizam saúde, boa sorte, felicidade, longevidade e fortuna. Eles representam, de maneira especial, a forma como devemos enxergar o planejamento estratégico: uma ferramenta de gestão que nos fortalece para prosseguir no caminho da verdadeira transformação!

GESTÃO ESTRATÉGICA

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

EXPEDIENTE

Órgãos da Administração Superior

Procuradoria-Geral de Justiça

Leonardo Roscoe Bessa

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Corregedoria-Geral

Carlos Eduardo Magalhães de Almeida

Chefia de Gabinete

José Theodoro Correa de Carvalho

Diretoria-Geral

Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais

Ana Luiza Lobo Leão Osório

Moacyr Rey Filho

Esta é uma publicação da Secretaria de Planejamento.

Endereço: Eixo Monumental, lote 2, sala 537, Sede do MPDFT, Brasília-DF

Telefone: (61) 3343 9223

E-mail: secplan@mpdft.mp.br

Site: www.mpdft.mp.br/gestaoestrategica

Secretário de Planejamento

José Joaquim Vieira de Araújo

Divisão de Planejamento Estratégico

Andreza Soares Moreira Bandeira

Larissa Ramos Silva

Germana Magalhães Carsten

Texto

Secretaria de Planejamento e

Secretaria de Comunicação (notícias retiradas do site da Internet e da Intranet do MPDFT)

Programação visual e diagramação

Secretaria de Comunicação

© 2015 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 500 exemplares – Março/2015

ÍNDICE



Entrevista com o Procurador-Geral de Justiça

E tenho dito... 10

Como Executamos a Estratégia 14

O MPDFT e o Compromisso com a Sociedade 16



Resultados para a Sociedade



Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia



A Evolução da Gestão



Você sabe ler o Mapa Estratégico do MPDFT?

Guardiões dos Objetivos Estratégicos 12

Projeto: um instrumento de transformação 15

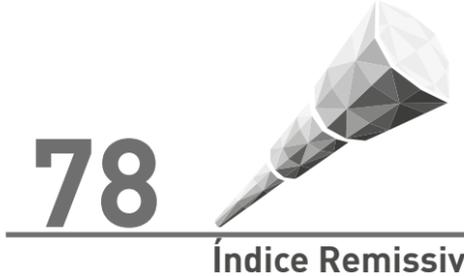
Como Medimos Nossos Resultados 17



Atividades Internas



Análise dos Resultados Alcançados



Índice Remissivo

ENTREVISTA COM O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Leonardo Roscoe Bessa

Leonardo Bessa é o primeiro brasileiro a ocupar o mais alto cargo do MPDFT. Assumiu a Procuradoria-Geral de Justiça do DF e Territórios no dia de seu aniversário, em 5 de dezembro. Nesses três meses, conversou com membros e servidores, visitou diversas áreas administrativas, Procuradorias e Promotorias, num esforço contínuo para conhecer de perto as necessidades da Instituição. Reforçou a estrutura de unidades estratégicas ao desenvolvimento da atividade-fim, anunciou novos projetos e a continuidade de outros que considera relevantes, iniciados na gestão anterior. Para ele, é importante valorizar o que foi feito, aprimorar o que está em andamento e buscar soluções inovadoras.

Assim que foi eleito, buscou maior aproximação com o Congresso Nacional e conseguiu a inclusão de emendas na Lei Orçamentária Anual que somam mais de R\$ 26 milhões para o MPDFT. Os recursos serão utilizados na construção das sedes das promotorias de Justiça de Brasília II, hoje localizadas no Fórum Leal Fagundes, e da sede administrativa, que será construída ao lado do Fórum Verde. Desde que tomou posse, tem trabalhado ao lado de sua equipe pela promoção do diálogo com órgãos estratégicos ao cumprimento das atribuições institucionais e pelo fortalecimento do Ministério Público como agente de transformação social.

Nesta entrevista, ele fala sobre a importância do Planejamento Estratégico como fator estruturante das atividades do MPDFT e sobre o papel de membros e servidores para o cumprimento da missão

institucional e para o alcance da visão de futuro. Também defende que nada se faz sozinho e a atuação conjunta, em sua opinião, deve ser orquestrada com base em planejamento voltado à geração de resultados.

GESTÃO ESTRATÉGICA – Qual a importância do planejamento estratégico para o MPDFT?

LB – O planejamento estratégico cumpre sua função ao assegurar a continuidade dos esforços, independente de uma ou de outra gestão. Por isso, ele é pensado para traçar objetivos maiores, de tal maneira que qualquer um que assuma a direção da Instituição seja capaz de conduzi-la na conquista dos resultados planejados em curto, médio e longo prazos. O mais importante, após definidos os objetivos e a missão, é realizar acompanhamento criterioso dos resultados que se pretende alcançar. Esse trabalho é fundamental para a conquista de excelência na prestação de serviços.

“SE TODOS TRABALHAREM EM HARMONIA, COM FOCO NOS RESULTADOS ALMEJADOS, TENHO CERTEZA DE QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO SE FORTALECERÁ CADA VEZ MAIS.”

GESTÃO ESTRATÉGICA – De que forma o MPDFT poderá cumprir seu compromisso com a sociedade?

LB – Em primeiro lugar, membros e servidores devem possuir os meios necessários para exercer suas atividades. Portanto, deve haver empenho contínuo na oferta de recursos materiais, além de treinamento e capacitação. Ademais, deve-se primar por boa interação e qualidade do ambiente de trabalho, sempre com o foco voltado às necessidades da sociedade e à busca de resultados concretos. O compromisso social envolve o cumprimento da missão institucional, que é a promoção da Justiça, da democracia, da cidadania e da dignidade humana. Tudo isso, sem descuidar dos valores institucionais, o que em outras palavras significa que não basta dispor de serviços ao cidadão, é preciso facilitar o acesso, criar canais para que ele se manifeste e seja atendido com cordialidade, agilidade, eficácia, eficiência, proatividade.

GESTÃO ESTRATÉGICA – Ao assumir a Procuradoria-Geral de Justiça, qual sua primeira impressão a respeito do planejamento estratégico do MPDFT?

LB – Tive uma excelente impressão a respeito de tudo o que já foi feito. Naturalmente, há desafios a serem perseguidos. A atual Administração está atenta às áreas que precisam de cuidado.

GESTÃO ESTRATÉGICA – Como o senhor define o papel do procurador-geral nesse processo?

LB – O Planejamento Estratégico deve ser um compromisso permanente. Dele não se pode descuidar nem por um minuto. É algo que precisa ser assumido por todos os integrantes da Instituição. O procurador-geral de Justiça tem o papel de facilitador e deve prover meios para o desenvolvimento das atividades, para crescimento e engrandecimento da Instituição.

GESTÃO ESTRATÉGICA – O planejamento estratégico do MPDFT foi elaborado para dez anos e já está em seu quinto ano de execução. O senhor acredita que estamos no caminho certo?

LB – Tenho certeza que sim. A leitura dos três Relatórios Anuais de Gestão Estratégica impres-

siona pela qualidade do conteúdo e pela transparência na divulgação das informações e resultados apresentados. Sei que não é fácil conciliar tantas iniciativas, em diversas especialidades. É um trabalho importante que permite fazer uma leitura universal da Instituição. Assim, é possível enxergar para onde se deve crescer, onde é preciso investir e o que já foi aprimorado.

GESTÃO ESTRATÉGICA – O senhor gostaria de deixar uma mensagem aos integrantes do MPDFT?

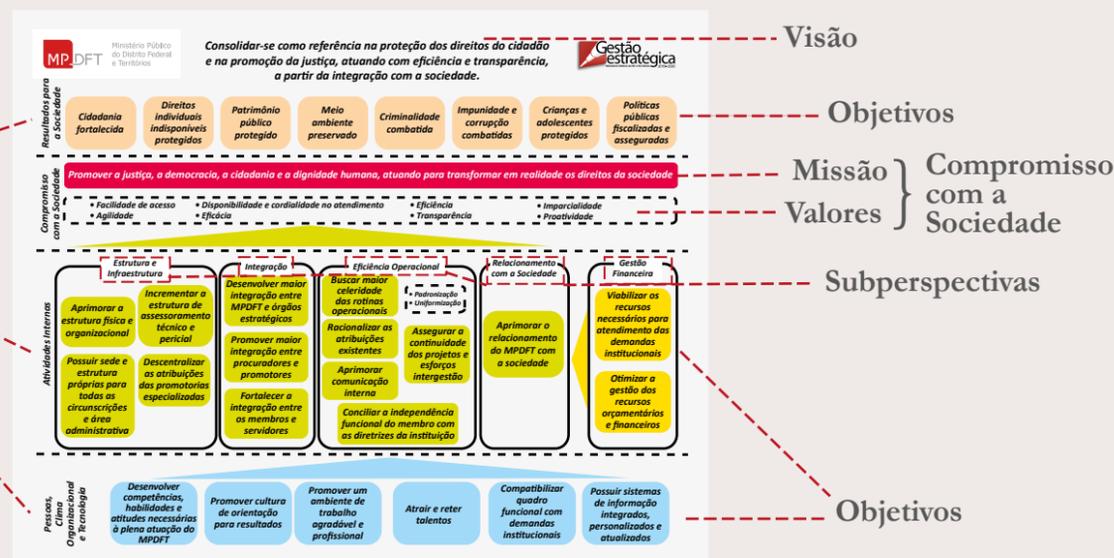
LB – Sempre digo que nada se constrói sozinho. As grandes conquistas nunca são individuais. Defendo o trabalho em equipe e acredito que, assim, atuando em conjunto, é possível alcançar melhores resultados, com maior agilidade, eficácia e eficiência. Com as dificuldades vivenciadas atualmente, não há espaço para improviso no MP. Tudo tem que ser planejado, refletido e organizado. Se todos trabalharem em harmonia, com foco nos resultados almejados, tenho certeza de que o Ministério Público se fortalecerá cada vez mais. Quando digo todos, refiro-me a membros, servidores, estagiários, terceirizados e parceiros do MP. Cada um deve dar sua contribuição e todo esforço é bem-vindo na conquista de um futuro melhor.



VOCÊ SABE LER O MAPA ESTRATÉGICO DO MPDFT?

O Mapa Estratégico do MPDFT representa graficamente o Planejamento Estratégico da Instituição definido para o período de 2010-2020.

O mapa é organizado apresentando a visão de futuro do MPDFT, a sua missão Institucional e os valores e, por perspectivas, os objetivos estratégicos.



Perspectivas

A missão juntamente com os valores representam o nosso **Compromisso com a Sociedade**.



Para o alcance da missão Institucional e da visão de futuro, foram definidos 29 objetivos estratégicos, divididos em três perspectivas, caracterizadas no mapa por cores diferentes: azul, verde e amarelo e laranja.



Perspectiva é um agrupamento de objetivos estratégicos em comum. O mapa do MPDFT possui três perspectivas com 29 objetivos estratégicos distribuídos entre elas.

- 1 – Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia
- 2 – Atividades Internas e Gestão Financeira
- 3 – Resultado para a Sociedade



Entre os objetivos estratégicos existem setas.

No topo do mapa, está a **Visão de Futuro** do MPDFT. A visão é onde queremos chegar, o que queremos ser e como queremos ser vistos. A nossa visão é:

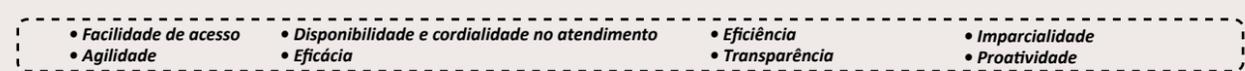
“Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.”

No mapa, em destaque na cor vermelha, está a **Missão** do MPDFT. A missão representa o papel da Instituição perante o seu público-alvo, a sociedade. A missão do MPDFT está definida na Constituição Federal, mas o texto foi adaptado para uma linguagem mais clara e acessível.

Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade

Abaixo da missão, estão os valores da Instituição. Valor é aquilo que é importante para nós no nosso trabalho diário.

Os **valores** definidos pelos membros e servidores do MPDFT são os seguintes:



Essas setas representam a relação de causa e efeito. É assim:

Ao fazermos algo por um objetivo, ele causa impacto direto ou indireto em outro objetivo. O efeito de uma ação poderá gerar resultados na execução do Planejamento Estratégico como um todo. Esse é o efeito de uma ação. E pode acontecer em todos os sentidos do mapa.

A perspectiva Atividades Internas está agrupada ainda em subperspectivas:

- Estrutura e Infraestrutura
- Integração
- Eficiência Operacional
- Relacionamento com a Sociedade
- Gestão Financeira

Para que os objetivos estratégicos sejam atingidos, são desenvolvidos vários projetos e iniciativas durante o ano. E, assim, todos os anos, o planejamento do MPDFT é acompanhado e revisado a fim de que observemos se estamos alcançando a visão de futuro da Instituição.

O mapa pode ser lido em qualquer sentido. De qualquer perspectiva e de qualquer objetivo. O importante é entender que para gerar **RESULTADOS PARA A SOCIEDADE**, precisamos atingir os objetivos da perspectiva de **ATIVIDADES INTERNAS**, otimizar a **GESTÃO FINANCEIRA** e trabalhar **PESSOAS, CLIMA ORGANIZACIONAL E TECNOLOGIA**.

E TENHO DITO...

“O planejamento estratégico só será efetivo se cada integrante do MP fizer a sua parte”

Ana Luiza Lobo Leão Osório,
Promotora de Justiça,
Assessora de Políticas Institucionais,
sobre o planejamento estratégico



“A corrupção é um mal que avassala o nosso país, e ela acontece nas mínimas práticas dos cidadãos”

Paulo Quintela, Promotor de Justiça, a respeito da campanha “O que você tem a ver com a corrupção”

“Uma sociedade que não se funda na solidariedade e na inclusão não pode ser reconhecida como verdadeiramente legítima. Se deixarmos de reconhecer a humanidade do nosso próximo, corremos o risco de perder a nossa própria humanidade”

Thiago Pierobom, Promotor de Justiça,
Coordenador do Núcleo dos Direitos Humanos

“Planejar é algo imprescindível, mas planejar uma cidade não é fácil. Não tem como uma cidade ter qualidade de vida se não tiver planejamento”

Paulo Leite, Promotor de Justiça no simpósio “O Desafio do Planejamento Urbano e a Sustentabilidade no Distrito Federal”

“Considero muito importante meu filho ter esse registro na certidão, mesmo que o pai não tenha interesse”

Maria Claudia Brandão, mãe notificada pelo programa “Pai Legal” que aguarda a notificação do genitor para fazer o reconhecimento do filho

“É sempre muito bom olhar para trás e poder não se arrepende de nada. Sempre pautei minha conduta nesse princípio”

Zenaide Souto Martins, Procuradora de Justiça aposentada, sobre homenagem recebida do Comitê de Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT

“Cantar me proporciona uma sensação indescritível. Além de me fazer bem, ajuda na integração com os colegas de trabalho”

Rebeca Ribeiro, servidora, sobre sua participação no Coral MPDFTom

“Quando assisti ao tribunal do júri, eu estava em dúvida sobre qual curso escolher, foi quando comecei a pesquisar sobre a profissão”

Mariane de Andrade, estagiária da PJ de Planaltina, a respeito do projeto “Tribunal do Juri: uma lição de vida”

“Muita gente planeja, mas medir o resultado é a grande diferença. A cultura de medição é fundamental para o sucesso do Projeto Gestão Estratégica e serve como parâmetro de avaliação e de evolução dos trabalhos desenvolvidos”

Andreza Soares, Chefe da Divisão de Planejamento Estratégico sobre os resultados apresentados no projeto “Gestão Estratégica”

“Foi um trabalho de retomada de consciência. Oportunidade única de dialogar, apresentar propostas e buscar soluções para os impasses enfrentados pela Instituição Ministerial”

Eunice Carvalhido, Ex-procuradora-geral de Justiça, sobre o “Projeto Repensar”

“Queremos aumentar o fluxo das informações, esclarecer todas as dúvidas e dar as ferramentas para melhorar a qualidade de atendimento ao cidadão”

Dermeval Farias, Promotor de Justiça, sobre o projeto “Mesa-Redonda com o Promotor de Justiça Especializado”

“Fico muito feliz em ser homenageada no meu local de trabalho”

Maria Aparecida, funcionária do Serviços Gerais, sobre a doação do Kit de Natal para os terceirizados

“No passado você precisa ter raiz e não âncoras. A raiz alimenta e a âncora imobiliza. Assim, o Planejamento do MPDFT tem que ter raiz, algumas coisas se alteram, outras não”

Mario Sérgio Cortella, filósofo, em palestra no MPDFT na “3ª Reunião de Gestão Estratégica”

GUARDIÕES DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O guardião é a pessoa responsável por acompanhar todas as ações relacionadas a um dos objetivos estratégicos. Seu papel é fundamental na articulação das ações e no engajamento dos demais colaboradores. Tem por atribuição definir as metas dos indicadores, acompanhar ações, projetos e iniciativas e articular com as áreas envolvidas para que o objetivo estratégico seja alcançado.

A Secretaria de Planejamento é responsável por assessorar o guardião no desempenho de suas atribuições.

Periodicamente são realizadas reuniões com os guardiões para que eles possam ser informados sobre os indicadores, as ações, os projetos e as iniciativas que estão relacionadas aos objetivos estratégicos e ainda acompanhar a execução das ações e os resultados alcançados.

O guardião pode criar novos indicadores e analisar os existentes a fim de propor alterações para melhor mensuração dos resultados.



Cidadania Fortalecida

Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão



Direitos individuais indisponíveis protegidos

Promotora de Justiça
Leonora Brandão Mascarenhas Passos Pinheiro



Patrimônio público protegido

Promotora de Justiça
Cátia Gisele Martins Vergara



Meio ambiente preservado

Promotora de Justiça
Marta Eliana de Oliveira



Criminalidade combatida

Promotora de Justiça
Marya Olímpia Pacheco



Impunidade e corrupção combatidas

Coordenador do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas



Crianças e adolescentes protegidos

Coordenadora Administrativa das Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude



Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas

Promotora de Justiça
Marcia Pereira da Rocha



Incrementar a estrutura de assessoramento técnico e pericial

Fortalecer a integração entre membros e servidores

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Racionalizar as atribuições existentes

Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas

Presidente do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim



Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana

Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos

Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais

Procuradora-Geral de Justiça



Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão

Vice-Presidente do Conselho Superior do MPDFT

Promover maior integração entre procuradores e promotores

Integrante das Câmaras de Coordenação e Revisão



Aprimorar a estrutura física e organizacional

Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais

Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros

Diretor-Geral



Aprimorar a comunicação interna

Assessoria de Políticas Institucionais



Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados

Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação



Promover cultura de orientação para resultados

Buscar maior celeridade das rotinas operacionais

Secretário de Planejamento



Desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MPDFT

Promover ambiente de trabalho agradável e profissional

Atrair e reter talentos

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas



Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa

Chefe do Departamento de Arquitetura e Engenharia



Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição

Corregedora-Geral



Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a Sociedade

Ouvidora

COMO EXECUTAMOS A ESTRATÉGIA

O desdobramento da estratégia é feito por meio de painéis de contribuição. O painel é o documento em que cada unidade realiza o planejamento das ações para o ano e também serve para o monitoramento da Estratégia.

Cada unidade realiza o seu planejamento listando as atividades que pretende desenvolver e as alinha aos objetivos estratégicos da Instituição.

Para acompanhar o desdobramento desses painéis, a Divisão de Planejamento Estratégico realiza reuniões

tático-operacionais com os membros e servidores da unidade cujo painel será trabalhado.

Cada unidade tem uma pessoa responsável por acompanhar a execução das ações previstas no painel e repassá-las à Divisão de Planejamento Estratégico. Essa pessoa é chamada de multiplicador, seu papel é fundamental no desdobramento da estratégia e na execução de todo o trabalho.

Atualmente, o MPDFT conta com 53 unidades envolvidas com a Gestão Estratégica e 85 multiplicadores.



Equipe da Secretaria de Planejamento (Secplan) e multiplicadores

Multiplicando a estratégia

A Secretaria de Planejamento realiza anualmente uma oficina com os multiplicadores cujo objetivo é promover integração e estabelecer o alinhamento para coleta das informações das ações realizadas na execução do Projeto Gestão Estratégica 2010-2020. Em 2014, a oficina também teve o intuito de motivar a equipe para a realização de novos projetos e elaboração do painel de contribuição para 2015. Durante a reunião, foi discutida a importância do compartilhamento de informações e foram apresentados os Índices de Realização Física (IRF) de cada unidade, que identificam o quanto do planejado foi executado em cada área que contribui com a Gestão. A reunião também contou com dinâmicas de trabalho que discutiram problemas e soluções

encontrados em cada uma das áreas. Andreza Soares, chefe da Divisão de Planejamento Estratégico, ressaltou a importância e comprometimento na execução da Gestão Estratégica, enfatizando que os multiplicadores são peças muito importantes neste processo.

Outro ponto abordado na ocasião foram os projetos como instrumento de transformação. De acordo com Delson Damasceno, da Secplan, o objetivo da palestra era despertar as pessoas para agir. “A reunião não foi apenas apresentação de resultados, mas um momento de reflexão sobre o trabalho, com o objetivo de motivar os multiplicadores a realizarem seus projetos da melhor forma, saindo do plano das ideias para serem colocados em prática”, explicou.

PROJETO: UM INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

Por Delson Rodrigues, chefe da Divisão de Projetos



A chave da evolução da humanidade sempre foi a insatisfação. Olhando para o início dessa história, nos primórdios, o homem precisava caçar todos os dias para sobreviver. Entretanto, não satisfeito com a situação, percebeu que poderia plantar e colher seu alimento e tornar a sua vida mais confortável. Com o tempo, vislumbrou que não precisava produzir, diretamente, tudo o que necessitava, pois poderia trocar seus produtos por outros diversos. Obteve, assim, maior variedade de alimentos e utensílios com menor esforço e, portanto, maior eficiência. A humanidade sempre caminhou “olhando para frente” e buscando transformar a situação atual para uma melhor.

Essa regra ainda vale nos dias de hoje, pois, quando nos deparamos com uma circunstância desafiadora, imediatamente fazemos um juízo de prospecção, buscando soluções e mudanças positivas, com vistas a obter melhores resultados, com menor dispêndio de recursos e energia. Por isso evoluímos, num ritmo cada vez maior, e as transformações que impulsionamos não dependem

do acaso, são frutos da nossa capacidade de planejar e de realizar nossos planos.

Pode-se dizer que “fazer planos” serve para aproveitar uma oportunidade, ou atacar um problema, com um conjunto de ideias, ações, regras, rotinas e atitudes, de forma coordenada, para transformar uma realidade. Para isso, existem vários instrumentos ou ferramentas.

“PODEMOS DIZER QUE O PROJETO É O INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO PRESENTE PARA O FUTURO... A TRANSIÇÃO PARA UM ESTÁGIO MELHOR”

A mais difundida no mundo é o projeto, que, de forma bem simplificada, é a delimitação dos resultados que se quer alcançar, sistematizando o conjunto de ações e atitudes necessárias, identificando os recursos, delegando responsabilidades e adequando ao tempo.

Portanto, um projeto traz mudanças e inovações, ou seja, altera uma situação atual para uma desejada. Podemos dizer que o projeto é o instrumento de transformação do presente para o futuro... A transição para um estágio melhor. É a ferramenta necessária à obtenção de sucesso nas ações institucionais, de modo a se ter resultados mais rápidos, com maior qualidade e menor custo. Este é o foco dos trabalhos da Divisão de Projetos, essa é a contribuição que podemos dar.



Conheça o
Portfólio de Projetos da Secplan.

Disponível em www.mpdft.mp.br/gestaoestrategica.

O MPDFT E O COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

Como saber se este compromisso está sendo cumprido?

A sociedade encontra-se carente da efetiva ação pública e o MPDFT tem por missão o compromisso de elevar o sentimento social de Justiça. Cabe ao Ministério Público trabalhar para que essa sociedade seja cada dia mais justa, pela defesa dos seus direitos, pelo pleno exercício dos direitos e deveres e pela construção de uma democracia cada vez mais sólida.

Uma das maneiras de averiguar se esse compromisso está sendo cumprido pela Instituição é por meio da pesquisa de opinião. A sociedade tem nos dado essa resposta bienalmente, quando a pesquisa é realizada.

Pesquisa de opinião

O MPDFT por meio de consultoria especializada realizou uma pesquisa de imagem da instituição. A pesquisa foi dividida em duas etapas. A primeira qualitativa, com grupos focais, para colher as impressões da população local sobre o MPDFT e subsidiar a segunda fase, quantitativa, em que foram ouvidas 1.187 pessoas.

- 65% dos entrevistados já ouviram falar do MPDFT
- 53,6% dos entrevistados possuem uma imagem positiva do MPDFT.
- 75,3% dos entrevistados confiam na Instituição.
- 75% dos entrevistados consideram o atendimento como eficaz, quando da utilização dos serviços da Instituição.

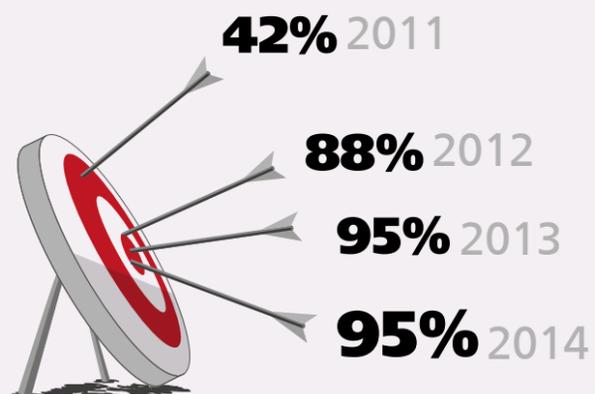
Outra forma de medir o cumprimento da missão institucional é por meio do grau de implementação do planejamento estratégico do MPDFT.

Nessa medição, são contabilizados quantos objetivos estratégicos já foram mensurados do total que foi estabelecido no plano.

Cumprimento dos objetivos estratégicos

Mede o grau de implementação do planejamento estratégico.

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Total de indicadores mensurados}}{\text{Total de indicadores estabelecidos}}$
Fonte de dados: Secretaria de Planejamento - Secplan



COMO MEDIMOS NOSSOS RESULTADOS



Equipe da Secretaria de Planejamento (Secplan)

Para analisar os resultados obtidos em cada um dos objetivos estratégicos, foram definidos indicadores. Indicador é uma medida quantitativa ou qualitativa derivada de uma série de fatos observados que podem revelar um resultado.

Em 2014 foram mensurados 60 indicadores. Uma das formas de coletarmos os indicadores são as informações colhidas por meio de Painéis de Contribuição das Unidades. Nos painéis, as unidades informam as iniciativas realizadas no ano, que contribuirão diretamente para o alcance de algum objetivo estratégico.

Para a realização desse trabalho, o MPDFT conta com a Divisão de Planejamento Estratégico, na Secretaria de Planejamento. Um dos trabalhos da Divisão consiste em receber os painéis de contribuição elaborados por diversas unidades do MPDFT. Por meio do Índice de Realização Física, que é a medida do painel de contribuição, a divisão mensura os indicadores “somatório de iniciativas”.

Além disso, temos os indicadores mensurados por meio do Sistema de Controle dos Feitos e Requerimentos (Sisproweb). Para a realização desse trabalho, contamos com a Divisão de Informações Institucionais que apresenta os valores realizados no ano dos indicadores cuja fonte de informação é o Sisproweb, e ainda, o quadro evolutivo desses. Para alguns indicadores são realizadas consultas à base do cubo de dados congelado do Sistema e para outras solicita-se via sistema Ajud@, consultas *had hoc* à base de dados do Sisproweb.

Nesta edição serão apresentados os resultados de 2014 do Projeto Gestão Estratégica do MPDFT tratados de forma comparativa dentro dos quatro anos de execução.

Pelos painéis também é feito o levantamento das demandas de projetos, de análises administrativas e de pesquisas e estudos na Instituição. Esses trabalhos são desenvolvidos ao longo do ano pela Divisão de Projetos, Divisão de Estruturação Administrativa e Divisão de Informações Institucionais, respectivamente. Essas divisões também integram a Secretaria de Planejamento.

Segundo o Secretário de Planejamento, José Joaquim de Araújo, o nosso objetivo não é apresentar a evolução ou a involução da trajetória de cada objetivo estratégico, mas sim mostrar o comportamento de cada um deles de acordo com o processo de execução considerando todas as interferências internas e externas que o permeiam e que levam a excelência da sua ação institucional.

Para ele, esse é um processo de trabalho que demanda análise, revisão e monitoramento de mensuração constantes, que também é outro trabalho desenvolvido pela Divisão de Planejamento Estratégico em conjunto com a Divisão de Informações Institucionais e validado pelos guardiões. Em alguns casos, esse trabalho poderá ocasionar a necessidade de alteração na descrição, fórmula de cálculo ou metas de algum indicador. “Essas adaptações podem gerar uma alteração dos resultados esperados num determinado momento”, conclui o Secretário de Planejamento.



RESULTADOS PARA A SOCIEDADE



Cidadania Fortalecida

Guardião: Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão

PROMOVER A CIDADANIA É GERAR RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Nesse sentido, o Ministério Público desenvolve ações voltadas para a conscientização do cidadão sobre seus direitos e deveres e tem por atribuição a defesa dos interesses sociais por meio da fiscalização das leis e da execução de projetos e ações visando à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública.

Na elaboração do Planejamento Estratégico foi atribuída ao PDDC a tarefa de ser o guardião do Objetivo Estratégico **Cidadania Fortalecida**.

Além da atuação judicial, a PDDC atua como articulador entre as promotorias especializadas e a sociedade na busca de soluções administrativas que tragam resultados para a sociedade sem gerar uma demanda judicial.

No ano de 2014 a PDDC apresentou soluções administrativas para 14 problemas enfrentados pela população do Distrito Federal, dentre elas, destacamos:

PROBLEMA	ÓRGÃO ENVOLVIDO	RESULTADO
Falta de transporte público para os núcleos rurais Sítio Novo II e Sarandi em decorrência do abandono da Linha 0.625 pelo único permissionário.	DFTRANS	O DFTRANS atendeu à Recomendação e criou a linha 625.1, operada pela empresa Piracicabana, ligando a cidade de Planaltina aos dois núcleos rurais.
Enchentes nas quadras SHIGS 713/713 em razão do entupimento das bocas de lobo e da falta de manutenção no sistema de drenagem da região.	DF / Novacap	A Novacap adotou as providências necessárias, mediante a limpeza das bocas de lobo existentes nas vias W2, W3 e W4 Sul, a construção de outras ao longo das quadras 711/911, bem como a limpeza da lagoa de retenção existente na região e recuperação de outras estruturas de captação.
Representação da Federação dos Estudantes de Brasília – FESB – noticiando que estaria sofrendo perseguição ao ser impedida de fornecer carteira de estudantes aos alunos da rede pública de ensino, em afronta ao que dispõem as Leis Distritais nº 1735/97 e 3520/2005.	Secretaria de Educação do DF	Após a Procuradoria-Geral do Distrito Federal emitir o parecer 443/2014/PROCAD, pela inexistência de exclusividade na expedição das carteiras no âmbito da rede pública de ensino, a representada expediu nova Circular “a fim de viabilizar o amplo acesso das entidades estudantis às Unidades de Ensino da Rede Pública para emissão das Carteiras Estudantis e efetuar a respectiva cobrança” (...)

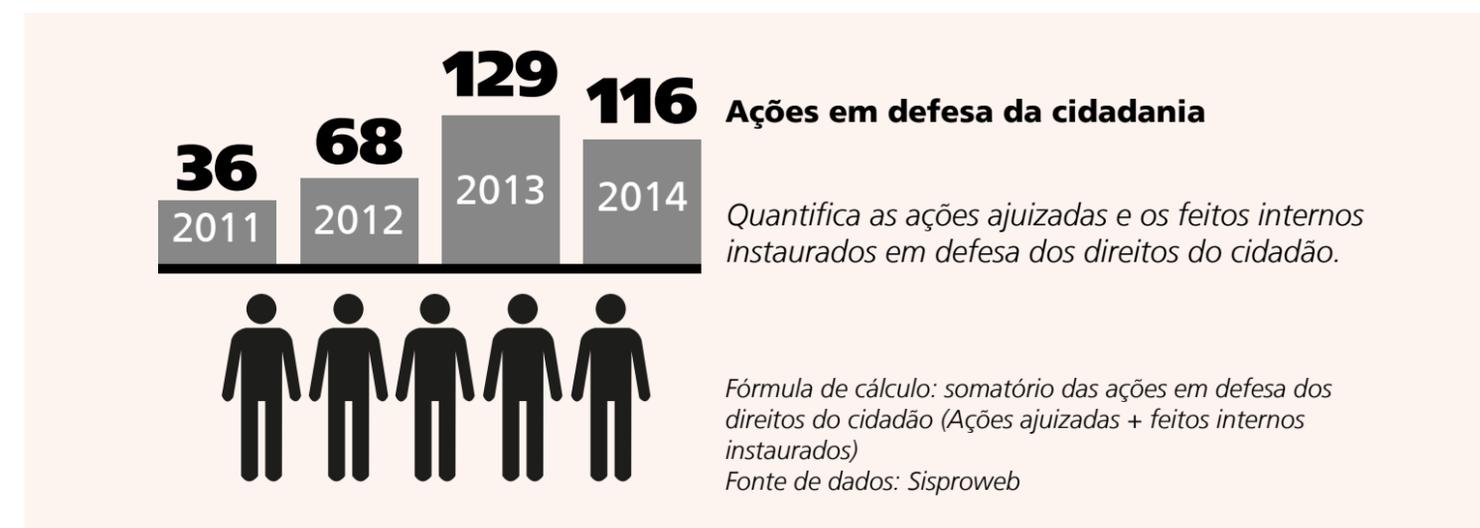
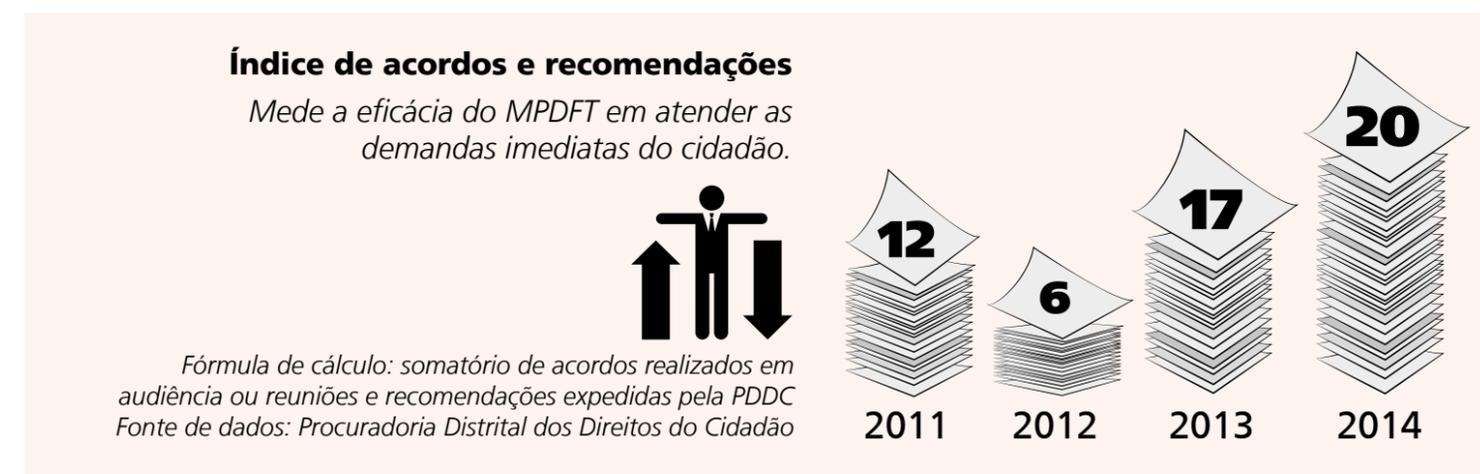
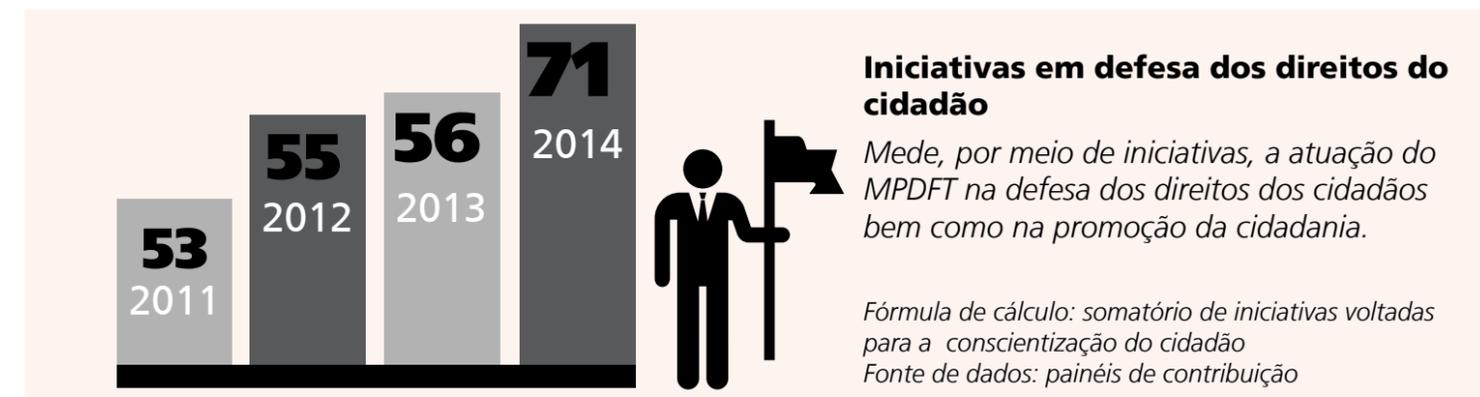
PROBLEMA	ÓRGÃO ENVOLVIDO	RESULTADO
Falta de infra-estrutura básica no Assentamento Rural Oziel III, em Planaltina-DF.	Distrito Federal CAESB e CEB	De acordo com informações prestadas pela própria reclamante, as obras de infra-estrutura foram implementadas no local.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais do DF solicitaram atuação do MP para que a TERRACAP ajuizasse ação de reintegração de posse de uma área conhecida como MANGUEIRAL (MANGUEZAL), em São Sebastião, para viabilizar o PRAT – Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais (Lei Distrital nº 1.572/97).	TERRACAP	O Conselho de Política de Assentamento Rural – CPA, ligado à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural informou que a TERRACAP disponibilizou a propriedade para a efetiva implementação do PRAT. E o reclamante confirmou que os assentamentos estão em execução.
Problemas de segurança e acessibilidade ao Estádio Nacional durante a realização de eventos artísticos.	Secretaria Extraordinária da Copa FIFA 2014 - SECOPA e Empresa de eventos XYZ Live	O Secretário (SECOPA) e a empresa XYZ Live comprometeram-se a adotar as providências necessárias para que os problemas não se repetissem

As informações completas podem ser acessadas na página da PDDC em www.mpdft.mp.br/pddc ou pelo QRCode ao lado.



Além disso, quase todas as promotorias de Justiça contribuem com esse objetivo estratégico, seja por meio de projetos, palestras, cartilhas ou do atendimento diário das demandas do cidadão.

Os indicadores a seguir demonstram o desempenho do MPDFT no alcance da cidadania fortalecida.



Cartilhas publicadas em 2014

Em 2014 diversas cartilhas com conteúdo informativo sobre a atuação do MPDFT e de como a sociedade pode saber mais sobre seus direitos e deveres foram publicadas.



Programa de atendimento ao usuário e ao dependente de drogas

Maio/2014



Guia Rápido do Cidadão

Junho/2014



Violência contra a Mulher

Junho/2014



Segurança no Trânsito

Julho/2014



Ouvidoria 10 anos

Setembro/2014



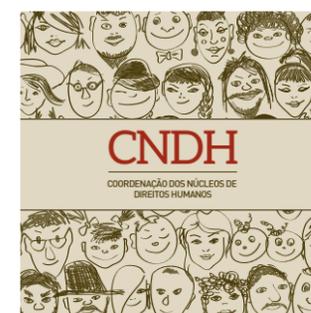
Boas práticas no enfrentamento ao tráfico e uso de drogas ilícitas

Setembro/2014



Eleições 2014

Setembro/2014



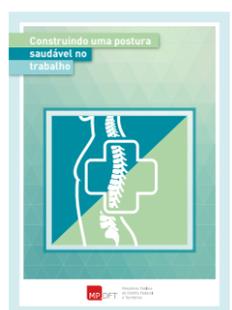
Coordenação dos Núcleos de Direitos Humanos

Setembro/2014



Orientação e Procedimentos de Orçamento e Finanças

Setembro/2014



Construindo uma postura saudável no trabalho

Outubro/2014



Direitos e obrigações dos homens no enfrentamento da violência doméstica

Outubro/2014



Projeto Competência

Outubro/2014

NOVO GUARDIÃO PARA A CIDADANIA FORTALECIDA

Alguns cargos da Instituição possuem a atribuição de serem guardiões de objetivo estratégico. É o que ocorre, por exemplo, com o cargo de Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, que teve a sua troca em dezembro de 2014, quando a Procuradora de Justiça Maria Rosynete assumiu a PDDC no lugar do Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Junior.

Nove dos 29 objetivos estratégicos possuem um guardião com atribuições inerentes ao cargo, tais como, por exemplo, o objetivo estratégico de Desenvolver Competências, Habilidades e Atitudes necessárias à plena atuação do MPDFT vinculado ao chefe do Departamento de Gestão de Pessoas e o objetivo estratégico de Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados, vinculado ao chefe do Departamento de Tecnologia da Informação.



Maria Rosynete de Oliveira Lima



José Valdenor Queiroz Junior

“ ATUAR À FRENTE DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO, ALÉM DE ESTREITAR OS LAÇOS COM A COMUNIDADE LOCAL, PROPORCIONA AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO UMA ENORME SATISFAÇÃO PESSOAL AO CONSTATAR A IMPORTÂNCIA DO SEU TRABALHO PARA O FORTALECIMENTO DA CIDADANIA, QUE É O OBJETIVO ESTRATÉGICO DO QUAL FUI GUARDIÃO. ”

José Valdenor Queiroz Junior – Ex-Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão



Direitos individuais indisponíveis protegidos
Guardião: Promotora de Justiça Leonora Brandão Mascarenhas P. Pinheiro

MPDFT BUSCA GARANTIR OS DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

O MPDFT assegura esses direitos atuando como fiscal da lei, garantido o direito de paternidade às crianças e adolescentes, protegendo os direitos das pessoas com deficiência, da pessoa idosa e protegendo a vida e a incolumidade das pessoas.

Iniciativas em defesa dos direitos individuais indisponíveis

Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa dos direitos individuais indisponíveis.

Fórmula de cálculo: somatório de iniciativas voltadas para a defesa dos direitos individuais.
Fonte de dados: painéis de contribuição



MPDFT debate racismo e discriminação

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em parceria com o Núcleo de Enfrentamento à Discriminação (NED) do Ministério Público



Heraldo Pereira, jornalista; Renisia Filice e Evandro Duarte, professores da UnB

do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), realizou, o curso de aperfeiçoamento Enfrentamento às Discriminações. O curso é parte de uma iniciativa maior que pretende combater o racismo em três vertentes: a prevenção, a atenção às vítimas e a responsabilização dos autores. O evento teve a participação de especialistas, pesquisadores e representantes da sociedade civil que atuam no combate à discriminação. Foram debatidos aspectos históricos, jurídicos e sociais das diversas formas de discriminação.

Turista portador de deficiência tem direito assegurado

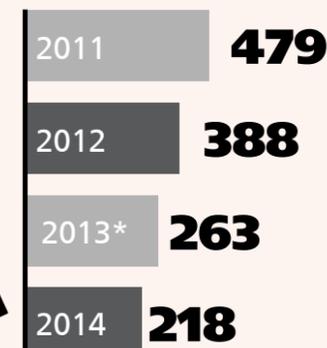
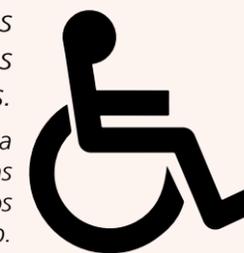


A Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) e a Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência (Proped) recomendaram que a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal (ABIH-DF) e o Sindicato dos Bares, Restaurantes, Hotéis e Similares (Sindhobar) oferecessem acomodações adaptadas aos turistas com deficiência que se hospedassem em hotéis associados às duas instituições durante a Copa do Mundo, nos termos da legislação vigente sobre acessibilidade.

Ações em defesa dos direitos de pessoas portadoras de deficiências

Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados em defesa dos direitos de pessoas portadoras de deficiências.

Fórmula de cálculo: somatório das ações em defesa das pessoas portadoras de deficiência instauradas no período (Ações Ajuizadas + feitos internos instaurados). Fonte de dados: Sisproweb.



* Os dados referentes ao ano de 2013 foram apresentados acumulando os valores de 2012 e 2013 no relatório anterior, razão pela qual, está apresentado diferente neste relatório.

Cresce a violência contra o idoso

Considerando os dados do Disque Direitos Humanos – Módulo Idoso, no ano de 2013, constatou-se que o DF foi a unidade federativa com maior número de denúncias de violência proporcionalmente à população total de idosos, com 550 casos por 100 mil habitantes. Os tipos mais comuns de violência são a psicológica, com 32,53% dos casos, a negligência com 27,17% dos casos e a violência financeira, que esteve presente em 16,99% dos casos.

Diante desse cenário, a titular da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa, Sandra Julião, apresentou a proposta de criação da Delegacia do Idoso do DF. “Os idosos precisam de um atendimento diferenciado, por isso a criação de uma delegacia especializada seria um

importante canal no auxílio ao combate dos casos de violência”, explicou Julião. Essa proposta foi encaminhada ao governador eleito do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

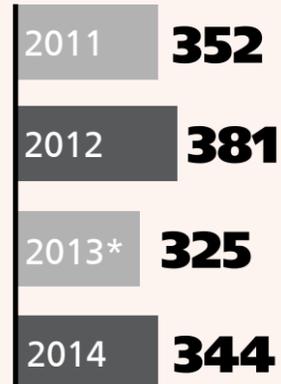
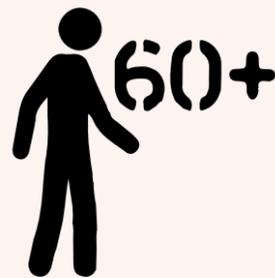


Sandra Julião, titular da Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa

Ações em defesa do idoso

Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na fiscalização e cumprimento da Lei do Idoso.

Fórmula de cálculo: somatório de ações em defesa do idoso instauradas no período. (Ações Ajuizadas + feitos internos instaurados). Fonte de dados: Sisproweb.



* Os dados referentes ao ano de 2013 foram apresentados acumulando os valores de 2012 e 2013 no relatório anterior, razão pela qual, está apresentado diferente neste relatório.

Programa Pai Legal é uma ação de excelência no MPDFT de reconhecimentos de paternidade

O direito à paternidade é garantido pela Lei 8.560/92. Apesar disso, um em cada 20 registrados só tem o nome da mãe na certidão.

Criado em 2002 pela PJ de Defesa da Filiação, o Pai Legal nas Escolas atende os alunos menores de idade matriculados na rede pública de ensino em todas as

regiões administrativas do DF. No ano de 2014 foi incrementado no programa mais dois projetos: identidade legal, realizado com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Segurança na emissão de Carteiras de Identidade sem o registro do nome do pai e o projeto com informações cedidas pelos Cartórios de Registros Cíveis sem o nome do pai.

“Chamamos a mãe logo após o nascimento da criança, durante a vida escolar e, agora, na adolescência, sendo esta mais uma possibilidade de buscar o reconhecimento paterno antes da maioridade”, explica a promotora de Justiça Renata Borges.

O programa como um todo tem o objetivo de regularizar a situação de crianças e adolescentes cuja paternidade não se encontra declarada no registro de nascimento.

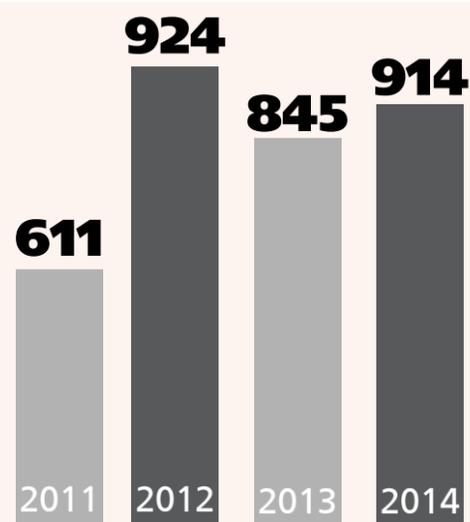
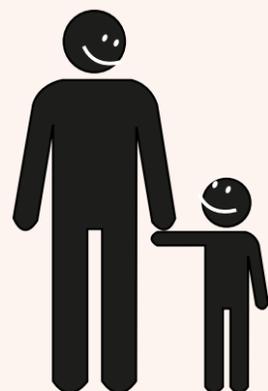


Atendimento realizado no Auditório do MPDFT

Ações de responsabilidade parental

Mede a efetividade do MPDFT por meio do quantitativo de ações de reconhecimento espontâneo de paternidade, facilitar a realização de exame de DNA e a propositura de ação de investigação de paternidade.

Fórmula de cálculo: somatório das atividades que geraram registro de paternidade
Fonte de dados: Profide



Patrimônio público protegido

Guardião: Promotora de Justiça Cátia Gisele Martins Vergara

PATRIMÔNIO PÚBLICO PROTEGIDO, NOSSA PREOCUPAÇÃO CONSTANTE

Zelar pelo conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencentes ao Distrito Federal, bem como o acompanhamento e fiscalização dos atos administrativos, licita-

ções, contratos e convênios da Administração Pública tem sido uma preocupação constante para o MPDFT.

Arte preservada

A 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema) firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Consórcio Inframérica, a Secretaria de Cultura do DF e a Fundação Athos Bulcão, visando preservar, durante a reforma do Aeroporto pelo Consórcio, as obras tombadas do artista plástico Athos Bulcão e, ao término, permitir a exposição do painel ao público.

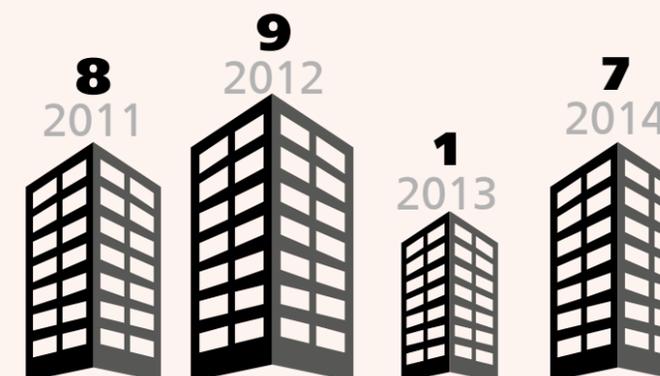
Obra super faturada

A 5ª Prodep instaurou o Inquérito Civil, destinado a verificar a plena regularidade dos atos e contratos relativos à ampliação e à reforma do Estádio Nacional. Em razão da complexidade do tema, o MPDFT tem atuado em conjunto com o Ministério Público de Contas do DF. As auditorias realizadas pelo corpo técnico do Tribunal de Contas do DF ainda estão sendo apreciadas pelo tribunal. E, uma vez concluída, essa auditoria será utilizada pela 5ª Prodep para fins de quantificar eventuais desvios e superfaturamentos na obra do Estádio.

MPDFT expede recomendação ao Governador do DF

Diante da informação de que o Governo do Distrito Federal (GDF) pretendia aprovar diversos projetos de regularização de parcelamentos urbanos antes do término do atual mandato, que se encerraria no dia 31/12/2014, As Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Proureb), do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (Prodema) e do Patrimônio Público e Social (Prodep) expediram recomendação ao ex-gover-

nador do DF, Agnelo Queiroz, para que não aprovasse novos parcelamentos que estivessem em desacordo com a legislação urbanística e ambiental de regência e com as disposições do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 02/2007, firmado entre o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), o Distrito Federal, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram).



Iniciativa em defesa do patrimônio público

Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na proteção do patrimônio público.

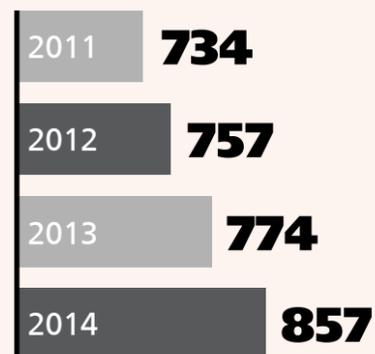
Fórmula de cálculo: somatório de iniciativas voltadas para a defesa do patrimônio público
Fonte de dados: painéis de contribuição

Ações em defesa do patrimônio público

Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na proteção do patrimônio público.

Fórmula de cálculo: somatório de ações instauradas no período (Ações Ajuizadas + feitos internos instaurados)

Fonte de dados: Sisproweb



Meio ambiente preservado

Guardião: Promotora de Justiça Marta Eliana de Oliveira

MPDFT E SOCIEDADE MAIS "VERDES"

A atuação do MPDFT em busca da preservação do Meio Ambiente é tão consolidada e integrada que o órgão criou internamente também um Programa de Gestão Ambiental para aprimorar a conscientização de seus integrantes nas ações de sustentabilidade e preservação do meio ambiente. São ações e condu-

tas que permeiam a atribuição do MPDFT na atuação como fiscal da Lei na apuração de atos lesivos ao patrimônio cultural e ambiental, promovendo medidas judiciais e extrajudiciais, além das medidas administrativas

Veja algumas condutas adotadas internamente em 2014:

- Campanha de descarte de lixo eletrônico com a doação do material à ONG Programando o Futuro, gestora da unidade da Estação Metarreciclagem no DF
- Ação para reduzir o consumo de energia elétrica, com a afixação de adesivos nos interruptores de todas as salas do prédio Sede
- Certificação, por meio de selos, os servidores que estiverem fazendo o descarte seletivo corretamente
- Recolhimento e doação dos banners produzidos nos eventos internos para pessoa física que confecciona bolsas, sacolas e pastas com o material.
- Contratação de empresa para coleta e descontaminação do mercúrio das lâmpadas armazenadas nos contêineres do Ed. Sede e das Promotorias do Gama e do Paranoá

Gestão ambiental premia por boa conduta ambiental



A campanha "MP Eficaz – De Bem com a Natureza", realizada pelo Serviço de Gestão Ambiental (Seram), premiou, no mês de setembro, três andares da Sede por suas boas condutas ambientais. As lixeiras ganharam o selo da campanha e os andares foram classificados como aqueles que apresentaram as melhores condutas. Os primeiros colocados foram, respectivamente: 5º, 3º e 2º.

A ação, realizada desde 2013, tem como objetivo incentivar a consciência ambiental dos integrantes da Casa para que os resíduos sejam descartados de maneira correta. "Queremos conscientizar sobre a importância da separação de resíduos, tanto no ambiente de trabalho como nas residências. O meio ambiente só tem a ganhar com essa mudança de hábitos", enfatiza a chefe do Seram, Roberta Feijó.

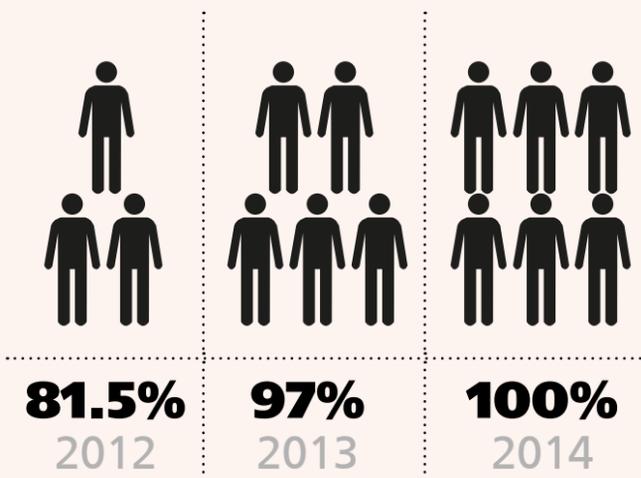
Índice de frequência ao curso de Educação Ambiental

Mede a frequência de pessoas que realizaram o curso de Educação Ambiental proposto na transação penal.

Fórmula de cálculo: Número de treinados no curso proposto na transação penal / Total de treinados encaminhados pela transação penal (total de RIS*) * 100

Fonte de dados: Prodema

* RIS: Relatório de Investigação Social



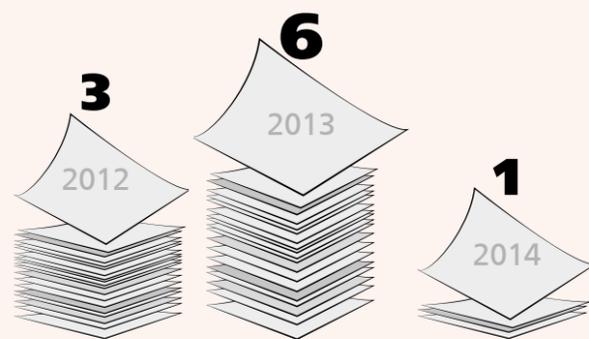
Curso Elementos de Educação Ambiental

O curso apresenta um panorama dos desafios socioambientais, contando com uma saída de campo para conhecer áreas degradadas, incluindo uma visita ao Lixão da Estrutural.

Implementado a partir de agosto de 2007, o curso tem duração de dois dias e é realizado cinco vezes por ano, por intermédio de recursos financeiros provenientes das medidas alternativas aplicadas pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente.

Periodicamente, os promotores de Justiça e o Setema (Setor de Gerenciamento de Medidas Alternativas para Delitos de Meio Ambiente, Ordem Urbanística e

Patrimônio Público) participam das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Ambiental Parque Nacional, com o objetivo de verificar se a proposta do curso está sendo alcançada, de modo a disponibilizar um adequado ambiente de reflexão e reeducação. A chefe do Setema, Jackeline Carvalho, assegura que é possível notar aspectos positivos na conduta daqueles que participam do curso: "Percebemos que existe uma transformação. Há casos de os mesmos autores, após participarem dos dois dias do curso, tornarem-se voluntários em atividades do Núcleo de Educação Ambiental Parque Nacional".



Índice de cumprimento de TACs em defesa do meio ambiente

Mede o cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta em defesa do meio ambiente.

Fórmula de cálculo: somatório de procedimentos internos arquivados para acompanhamento dos TACs

Fonte de dados: Prodecon

Campanha Não Jogue Lixo na Rua



A campanha “Não Jogue Lixo na Rua” é uma iniciativa inédita da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon) do MPDFT para colaborar com a limpeza urbana no DF. A mensagem é transmitida por um dos maiores jogadores de basquete de todos os tempos, Oscar Schmidt – também chamado de “Mão Santa” –, que ensina as pessoas a acertarem a cesta de lixo.

A campanha do MPDFT está orçada em R\$ 3 milhões, mas não teve nenhum custo aos cofres públicos, pois é resultado de acordo firmado entre a Prodecon e o Grupo Itaú. Além de custear integralmente a campanha, o Itaú também entregou mais R\$ 3 milhões para o Fundo de Defesa do Consumidor. O acordo é resul-

tado de quase 16 anos de tramitação de ação judicial e dois anos de negociação entre o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor Guilherme Fernandes Neto e a diretoria do Grupo Itaú, que acabou firmando oito termos de ajustamento de conduta (TAC) com o promotor de Justiça.

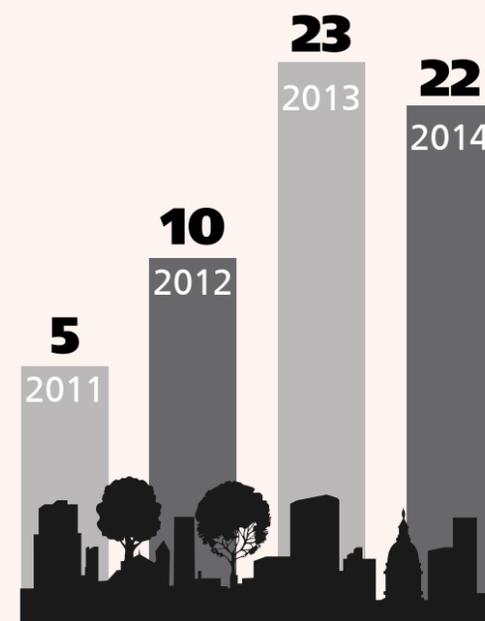
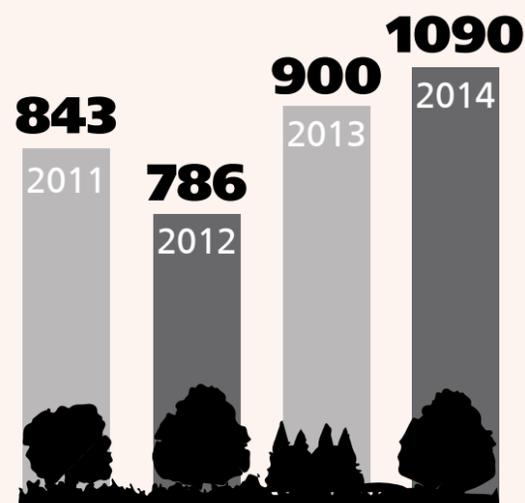
A preocupação com o bem-estar coletivo foi o fator determinante na decisão pela campanha, que foi divulgada em diversos meios de comunicação para que a mensagem “Não Jogue Lixo na Rua” chegasse a toda a população do DF. Até janeiro de 2015, a campanha foi veiculada em horários nobres, como nos intervalos de noticiários, telenovelas e transmissões esportivas, num total de 354 inserções nas TVs abertas e 2.430 nos canais fechados. A previsão é que cada pessoa no DF assistisse a mídia pelo menos duas vezes por semana. Paralelamente, um mix de rádios jornalísticas e musicais difundiu a mensagem, que também foi vista em 22 salas de cinema no Plano Piloto e em cidades-satélites.

Ações em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística

Quantifica as ações ajuizadas e os feitos internos instaurados na defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística.

Fórmula de cálculo: somatório de ações instauradas no período (Ações ajuizadas + feitos internos instaurados)

Fonte de dados: Sisproweb



Iniciativas em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística

Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística.

Fórmula de cálculo: somatório de iniciativas voltadas para a proteção do meio ambiente, patrimônio cultural e ordem urbanística

Fonte de dados: painéis de contribuição

Simpósio promovido pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística discute o desafio do planejamento urbano e a sustentabilidade no DF



Especialistas de diferentes áreas se reuniram no MPDFT, em setembro, para participar do simpósio O desafio do planejamento urbano e a sustentabilidade no Distrito Federal, organizado pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) em parceria com a Comissão de Aperfeiçoamento de Membros (CAM), do MPDFT. O evento pretendia debater a importância do planejamento urbano para o cumprimento das funções sociais da cidade e a preservação do meio ambiente. Diversos temas foram abordados como Lei de uso e ocupação do solo e a sustentabilidade no DF, ordem urbanística e direitos humanos, a relação entre a violência e o espaço urbano, recursos hídricos e expansão urbana, loteamentos fechados dentre outros.



Criminalidade combatida
Guardião: Promotora de Justiça Marya Olímpia Pacheco

EM BUSCA DA DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE NO DF

Campanha Não Seja um Laranja



Após esforço da Promotora de Justiça de Defesa da Ordem Tributária (Pdot), responsável pela campanha “Não Seja um Laranja”, a Secretária da Micro e Pequena Empresa (SMPE) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) expediram normatizações às Juntas Comerciais e aos cartórios de todo o País a fim de coibir a atuação de empresas fraudulentas que utilizam documentos de outras pessoas para obter vantagens ilegais.

As novas regras determinam que os cartórios deverão, obrigatoriamente, encaminhar cópia das procurações que outorgam poderes de administração, de gerência dos negócios e movimentação financeira de empresas para as Juntas Comerciais, que deverão passar a arquivar essas procurações.

De acordo com o promotor de Justiça da Pdot Rubin Lemos, essas ações fazem parte da campanha “Não seja um laranja”, que articula propostas em duas frentes de atuação. Uma é voltada ao cidadão que é usado como “laranja” de forma inconsciente. A outra destina-se à atuação governamental no combate à prática crimino-

sa. “Uma coisa é a orientação aos cidadãos por meio de campanhas educativas. Outra coisa é fechar o cerco contra quem efetivamente pratica as fraudes e causa prejuízos ao erário. Nesse caso, os atos normativos trazem importante contribuição”, explica Lemos.

A campanha tem como objetivo esclarecer a população sobre os riscos de “emprestar” o nome para abertura de empresas ou mesmo ceder documentos pessoais a um conhecido. Um dos idealizadores da campanha, o promotor de Justiça Rubin Lemos explica que a ideia surgiu a partir da constatação de que mais de 10% das denúncias da Pdot, em 2012, foram sobre falsidade ideológica.

Laranja é a pessoa que empresta ou tem seus documentos utilizados para fins ilícitos por outra pessoa. Pessoas que procuram “laranjas” querem abrir empresas fraudulentas ou obter vantagens ilegais.



Rubin Lemos, Promotor de Justiça; Zenaide Martins, Vice-Procuradora-Geral; Adelmir Santana, Presidente da Fecomércio-DF

Iniciativas de combate à criminalidade

Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT no combate à criminalidade.



Fórmula de cálculo: Somatório de iniciativas de combate à criminalidade executadas. Fonte de dados: painéis de contribuição.

Projeto de Lei que altera a Lei Maria da Penha

O promotor de Justiça Thiago Pierobom participou, em Abril, de audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados para discutir o Projeto de Lei (PL) 4501/12, de autoria da deputada Aline Correa (PP-SP). A proposta dispõe sobre a repressão à violência contra a mulher e altera vários pontos da Lei Maria da Penha (11.340/06).

O projeto propõe que a desobediência à medida protetiva de urgência seja considerada crime, autoriza o juiz a decretar a prisão preventiva mesmo sem prévio deferimento de medida protetiva de urgência e ainda prevê que, na sucessão de diversos episódios de violência doméstica, todos deverão ser julgados pelo mesmo juiz, por prevenção. De acordo com a proposta, os Tribunais de Justiça deverão regulamentar a competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A proposta também regulamenta em que casos é admissível a realização de acordos processuais para casos de violência doméstica contra a mulher. Para o membro do MPDFT, esse é o ponto mais polêmico do PL. Ele defendeu a retomada da possibilidade de solucionar os casos de violência doméstica mediante acordo do Es-

tado com o agressor, com prévia oitiva da vítima. No entanto, enfatizou que esse acordo deve ser construído sob uma ótica feminista, considerando a necessidade de proteção à mulher e de haver efetiva responsabilização do agressor.

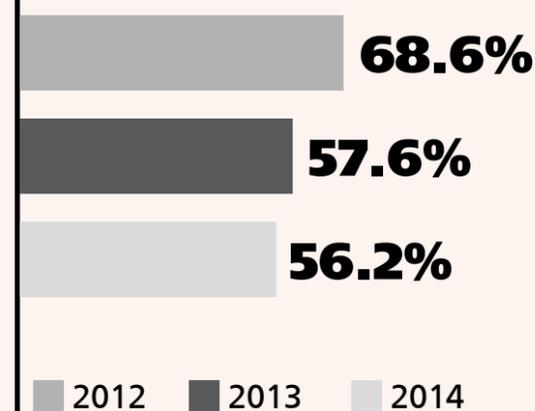
Pierobom lembrou que movimentos feministas, historicamente, têm se colocado contra acordos em caso de violência doméstica. “A mulher era induzida a arquivar o processo e o agressor pagava duas cestas básicas. Isso era uma banalização da justiça”, afirmou. Porém, ele ressaltou que esse modelo foi rompido com a Lei Maria da Penha.

“O número de processos aumentou de forma assustadora nos últimos anos, muitos estão sendo perdidos por prescrição ou falta de provas quando a vítima não colabora em juízo, e os acordos para a responsabilização imediata do réu podem ser uma resposta efetiva do Estado à violência doméstica. Na Inglaterra, a maior parte dos casos são solucionados com acordos processuais. Na França e na Espanha também há acordos processuais em cerca de metade dos casos”, completou Pierobom.

Redução dos procedimentos policiais das promotorias com atuação criminal

Mede a atuação do MPDFT no combate à criminalidade, por meio da diminuição entre o tempo da notícia do delito e o oferecimento da denúncia ou promoção de arquivamento.

Fórmula de Cálculo tempo médio entre o recebimento do inquérito e a denúncia
Fonte de dados: Sisproweb



Tardes de reflexão sobre violência doméstica



Tardes de Reflexão

Dados reunidos pela Coordenadoria Administrativa das Promotorias de Justiça de Brasília mostram que o programa é um exemplo de prevenção à reincidência nos crimes relacionados à violência doméstica. Até dezembro de 2013, entre os participantes das Tardes em 2012, 87,01% não se envolveram em novos episódios de violência doméstica. Ao todo, 77 agressores participaram das “Tardes de Reflexão” em 2012. Outro dado relevante é que o índice de novas agressões entre os participantes, de 12,99%, é menor comparado ao índice de agressões entre os homens convidados e que não participaram das reuniões de 2012, apurado em 17,24%. Destaca-se, também, que houve uma ligeira queda no índice de reincidência entre os que compareceram em 2012, comparado ao ano de 2011, que foi de 13,73%.

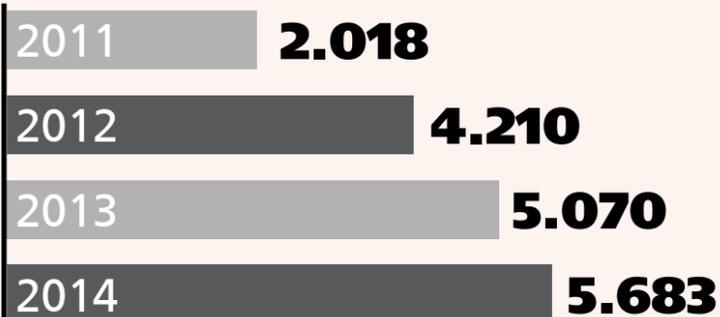
Ações de combate à violência doméstica

Quantifica as ações de combate à violência doméstica visando ao cumprimento da Lei Maria da Penha por meio de ações judiciais ou extrajudiciais.

Somatório de denúncias oferecidas



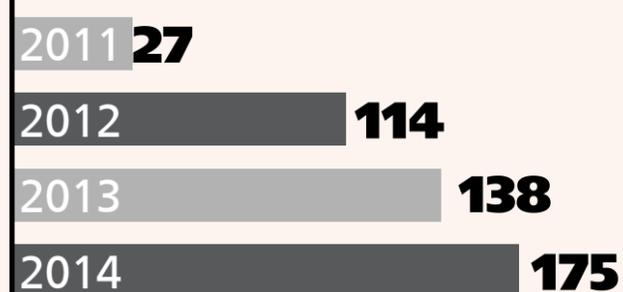
Fonte de dados:
Corregedoria-Geral



Somatório de requerimentos de medidas protetivas



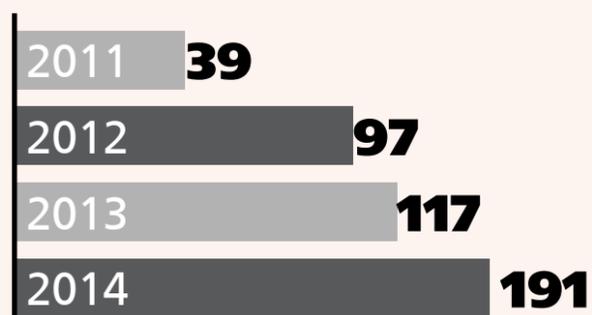
Fonte de dados: Corregedoria-Geral



Somatório de requerimentos de prisão



Fonte de dados:
Corregedoria-Geral



Impunidade e corrupção combatidas
Guardião: Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco)

MPDFT PERMANECE FIRME NO ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO

Operação São Cristóvão

A Operação São Cristóvão consiste no cumprimento de cinco mandados de prisão temporária, 24 mandados de condução coercitiva e 23 mandados de busca e apreensão. As investigações envolvem organização criminosa que se instalou na direção do SEST/SENAT (Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizado do Transporte) e que, ao longo dos anos, tem desviado recursos das entidades. Como integrantes do Sistema S, os valores que mantêm o SEST/SENAT

consistem em recursos oriundos de contribuições parafiscais realizadas por empresas. Esses recursos estão sujeitos à fiscalização pelos órgãos de controle do Estado (TCU e CGU). Segundo as investigações realizadas, os desvios ocorriam por meio do recebimento de vultosas quantias pelos dirigentes do SEST/SENAT, a título de gratificação, e por meio de pagamento a parentes dos dirigentes do SEST/SENAT na qualidade de trabalhadores autônomos.

Iniciativas de combate à corrupção e à impunidade

Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT no combate a impunidade e à corrupção.



Fórmula de cálculo: somatório de iniciativas de combate à impunidade e à corrupção
Fonte de dados: painéis de contribuição

Operação Tabuleiro

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), apresentou denúncias contra 27 integrantes de uma célula da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), atuante no Distrito Federal e na região do Entorno. Os denunciados se reuniam para a prática de crimes graves, principalmente o tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio e a comercialização ilícita de armas de fogo.

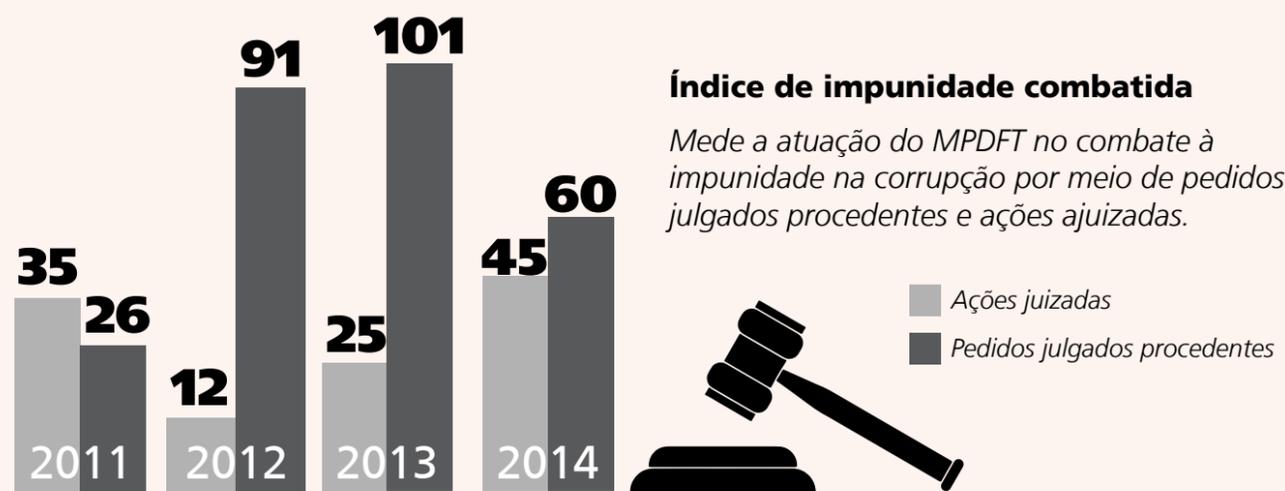
As investigações demonstraram que os integrantes da organização criminosa encontravam-se detidos em unidades prisionais do Ceará, de São Paulo, do Distrito do Federal e das cidades goianas de Águas Lindas, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama e Planaltina. Também há membros em liberdade.

As oito denúncias ajuizadas são resultado da Operação Tabuleiro onde também foram cumpridos 13 mandados de prisão preventiva, 10 mandados de busca e apreensão em endereços residenciais e sete em estabelecimentos prisionais.

Operação Caixa de Pandora

Em 2014 foram ajuizadas 6 (seis) ações de improbidade administrativa e 6 (seis) cautelares tendo como base fatos revelados com a denominada Operação Caixa de Pandora. Essas novas ações narram esquema de enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário realizado a partir de contratos de informática e de “reconhecimentos de dívida” com empresas que participavam do esquema repassando dinheiro desviado para pagamento de propi-

na. As ações de improbidade administrativa também envolvem pedido de reparação dos danos morais sofridos pelo Distrito Federal e pela população brasileira. Já as ações cautelares de indisponibilidade de bens têm como objetivo garantir o ressarcimento ao erário, impedindo que os réus se desfaçam ou ocultem bens, que somam o montante de cerca de R\$ 193 milhões.

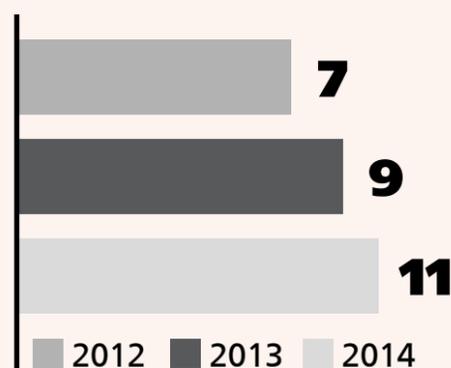


Fórmula de cálculo: somatório de pedidos julgados procedentes e somatório de ações ajuizadas
Fórmula de dados: Gaeco

Ações de combate à corrupção

Mede a atuação no combate a corrupção e à impunidade por meio de ações iniciadas pelo MPDFT.

Fórmula de cálculo: somatório de ações instauradas no período (Ações Ajuizadas + feitos internos instaurados)
Fonte de dados: Sisproweb



Crianças e adolescentes protegidos
Guardião: Coordenador Administrativo das Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude

CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO PRIORIDADE MÁXIMA NO MPDFT

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Art. 227 da Constituição Federal Brasileira).

Dentro dessa preocupação, simpósios, projetos, audiências públicas, foram

realizados no MPDFT em 2014. Um dos temas mais focados foi a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública do DF mostraram que nos primeiros dois meses de 2014 duas pessoas por dia sofreram estupro. Dessas, metade eram crianças e adolescentes.

“Temos que levar em consideração que esses dados são subestimados. Em muitos casos, as pessoas não denunciam, principalmente, quando a violência é intrafamiliar”, disse o promotor de Justiça Paulo Quintela.

“ACREDITA-SE QUE A FAMÍLIA É UM ESPAÇO HARMÔNICO, QUE O LAR É INVIOLÁVEL E QUE A CRIANÇA NÃO TEM VONTADE, MUITO MENOS DIREITOS. A VIOLÊNCIA SE APOIA NESSES MITOS”

Simpósio Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Promotores de Justiça, profissionais de saúde e especialistas da área de assistência social discutiram a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes em simpósio organizado pelo Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT). O evento faz parte das ações do Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente (Nevesca) para lembrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado em 18 de maio, e também para alertar sobre os possíveis riscos de violações de direitos durante a Copa do Mundo.

A palestra de abertura, proferida pela professora Eva Faleiros, discutiu o abuso sexual intrafamiliar. Para a pesquisadora, houve avanços, pois o tema, hoje, faz parte das políticas públicas. “Acredita-se que a família é um espaço harmônico, que o lar é inviolável e que a criança não tem vontade, muito menos direitos. A violência se apoia nesses mitos”, explicou.

Os aspectos jurídicos dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes foram apresentados pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Brasília, Fausto Rodrigues de Lima.

Para que os agressores sejam punidos, o sistema de Justiça deve enfrentar o desafio de ouvir os relatos das vítimas da forma mais acolhedora possível. Os aspectos



Professora Eva Faleiros

e particularidades dessa escuta foram debatidos na mesa redonda “Oitiva Especial de Crianças e Adolescentes”, da qual participaram o coordenador do Nevesca, promotor de Justiça Thiago Pierobom, e o coordenador do Serviço Psicossocial do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), Sérgio Bittencourt.

Antigamente, crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais eram expostos ao constrangimento de falar, em uma sala de audiências, sobre a violência que sofreram. O que se busca, hoje, é garantir que a escuta de meninos e meninas não se torne uma nova violação

de direitos.

Não há uma lei específica que determine a realização de oitivas especiais, mas, segundo Pierobom, o conjunto de princípios relacionados aos direitos da criança e do adolescente é suficiente para justificar a necessidade dessa escuta diferenciada. “A Constituição Federal, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente permitem concluir pela obrigatoriedade da forma mais protetiva”, argumentou o promotor.

Eficácia dos instrumentos extrajudiciais



Mede a utilização dos instrumentos extrajudiciais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).



Fórmula de cálculo: somatório de feitos internos instaurados. Fonte de dados: Sisproweb.

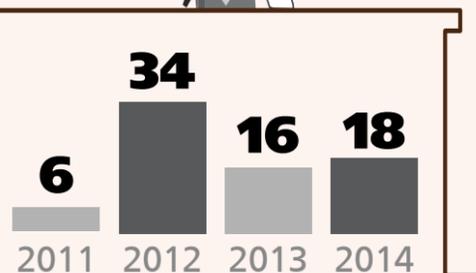
MPDFT capacita profissionais para lidar com a violência sexual contra crianças e adolescentes

Profissionais da educação, saúde, segurança e assistência social de Brazlândia participaram do curso “Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes”. O curso foi uma proposta da Promotoria de Justiça de Brazlândia, que capacitou 70 profissionais. Durante o encontro, os participantes ouviram um pouco da experiência de promotores de Justiça, delegados, assistentes sociais e psicólogos que lidam diariamente com o tema.

Os profissionais puderam aprender mais sobre a oitiva especial de crianças e adolescentes; a identificação, consequências psicológicas e abordagens do tema com vítimas infantojuvenis; a avaliação de risco, vulnerabilidade e intervenções; o papel da família no enfrentamento ao abuso sexual; o acolhimento das vítimas na Delegacia Especial de Proteção à Criança e ao Adolescente; a educação sexual nas escolas – desafios e prevenção, abordagens e sensibilização aos pais; o atendimento, acolhimento e encaminhamento das vítimas de violência sexual.

Iniciativas em defesa da criança e do adolescente

Mede a abrangência da atuação do MPDFT por meio de iniciativas (projetos, campanhas, audiências públicas, palestras, organização de cursos e eventos, pesquisas e fiscalização de entidades) voltadas para a defesa da criança e do adolescente.



Fórmula de cálculo: somatório de iniciativas em defesa da criança e do adolescente. Fonte de dados: painéis de contribuição.



Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas
Guardião: Promotora de Justiça Marcia Pereira da Rocha

SOLUÇÕES PARA PROBLEMAS SOCIAIS

As políticas públicas estabelecem metas e encaminham soluções para problemas sociais nas mais diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, habitação, lazer, transporte, segurança e meio ambiente.

Podemos destacar na área da saúde as seguintes atuações da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus):

- Fiscalização do provimento dos cargos dos profissionais de saúde e seus respectivos Planos de Carreira, bem como o cumprimento regular das jornadas de trabalho pelos profissionais da saúde, banindo a prática de contratações temporárias e de terceirização da saúde pela Secretaria de Estado de Saúde.

- Fiscalização do cumprimento do regramento constitucional previsto no artigo 37 da CF no que pertence ao ingresso em cargo público mediante concurso público e a manutenção de apenas dois vínculos públicos por profissionais da saúde da SES, fiscalizando a jornada de trabalho semanal por meio do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

MPEduc realiza 1ª audiência pública

Aproximadamente 120 pessoas estiveram reunidas para a primeira audiência pública do projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) realizado no Distrito Federal. A iniciativa, promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), pelo Ministério Público de Contas do Distrito Federal (MPC/DF) e pelo Ministério Público Federal (MPF), tem como objetivo garantir o direito dos brasileiros a uma educação básica de qualidade.

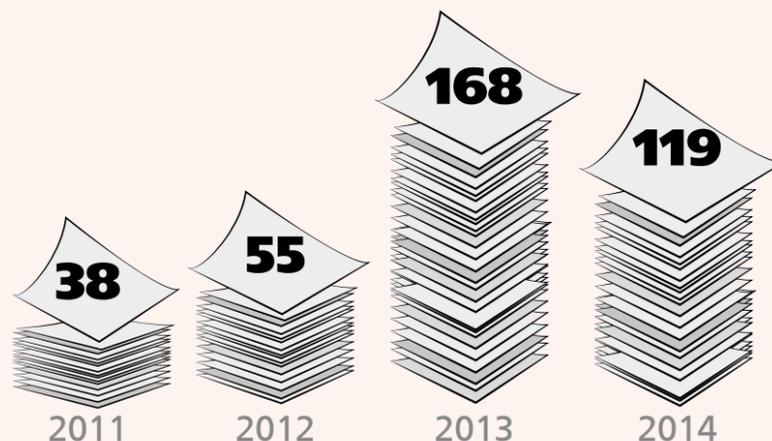
No evento, professores, diretores da escola e pais de alunos tiveram a oportunidade de conhecer os resulta-

dos de vistorias realizadas pelo MPDFT e de respostas à questionários pela equipe gestora de questões relacionadas às instalações físicas, aspectos pedagógicos, educação inclusiva, alimentação escolar e repasses de recursos públicos pela União e DF à escola CAIC Júlia Kubitschek de Oliveira, estabelecimento de ensino localizado em Sobradinho II, que comporta desde a creche até o 4º ano do ensino fundamental, e a partir de tais informações discutir as eventuais soluções com a participação da comunidade escolar.

A promotora de Justiça de Defesa da Educação do MPDFT Cátia Vergara destacou que uma das intenções do MPEduc é buscar o envolvimento dos vários órgãos de educação com a coparticipação da comunidade na discussão dos problemas enfrentados pela escola e construção conjunta de soluções. “A proposta do trabalho é envolver toda a comunidade escolar – professores, funcionários, pais e alunos – na melhoria do ensino daquela escola. Precisamos trabalhar para o fortalecimento do Conselho Escolar e melhor participação do segmento de pais para a busca da melhoria da qualidade do ensino básico”.



Vistoria realizada em escola pública do DF por membros do MPDFT



Índice de recomendações expedidas

Mede a atuação do MPDFT por meio da fiscalização das políticas públicas, a partir das recomendações expedidas.

Fonte de cálculo: somatório de recomendações expedidas
Fonte de dados: Sisproweb

Grupo de Apoio à Segurança Escolar conclui o ciclo de palestras a educadores da rede pública de ensino

Em 2014 professores da rede pública de ensino do Riacho Fundo, Núcleo Bandeirante, Ceilândia e Gama participaram do encontro com educadores do Distrito Federal organizado pelos núcleos central e regionais do Grupo de Apoio à Segurança Escolar do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Gase/MPDFT) para debater o tema da violência nas escolas.

Para um público de 150 educadores, entre diretores, coordenadores, orientadores e professores, enfatizou-se o potencial de transformação do educador e também sobre a parceria exercida pelo Ministério Público com os sistemas de educação, da família e da Justiça, para a

prevenção dos conflitos e busca de soluções pacíficas para aqueles já estabelecidos.

O Gase foi criado em 2005 para, em parceria com as políticas de segurança e educação e com as diretorias de escolas da rede pública, promover ações para a prevenção e enfrentamento às práticas de violência nas escolas. Seu desafio atual é fomentar a implementação de uma política pública de mediação escolar, além de persistir nas estratégias de envolvimento da comunidade na construção de soluções conjuntas para a prevenção e o enfrentamento à violência na escolas.

Apesar de as estatísticas revelarem que, anualmente, morrem 30 mil jovens por atos de violência, ações de baixo custo e alto poder de criatividade levadas a efeito por educadores de todo o país têm alcançado resultados positivos na prevenção e redução da violência nas escolas.

Participaram das palestras as promotoras de Justiça Cátia Vergara, pelo núcleo central, Carina Costa e Vyviany Gulart, pelos núcleos regionais do Riacho Fundo e Núcleo Bandeirante, Lígia dos Reis, pelo núcleo regional de Ceilândia e o promotor de Justiça Wanderley Ferreira, pelo núcleo regional do Gase no Gama.



Encontro com educadores promovido pelo Gase

Iniciativas em defesa das políticas públicas

Mede, por meio de iniciativas, a atuação do MPDFT na defesa das políticas públicas.



Fórmula de cálculo: somatório de iniciativas voltadas para a defesa das políticas públicas. Fonte de dados: painéis de contribuição.

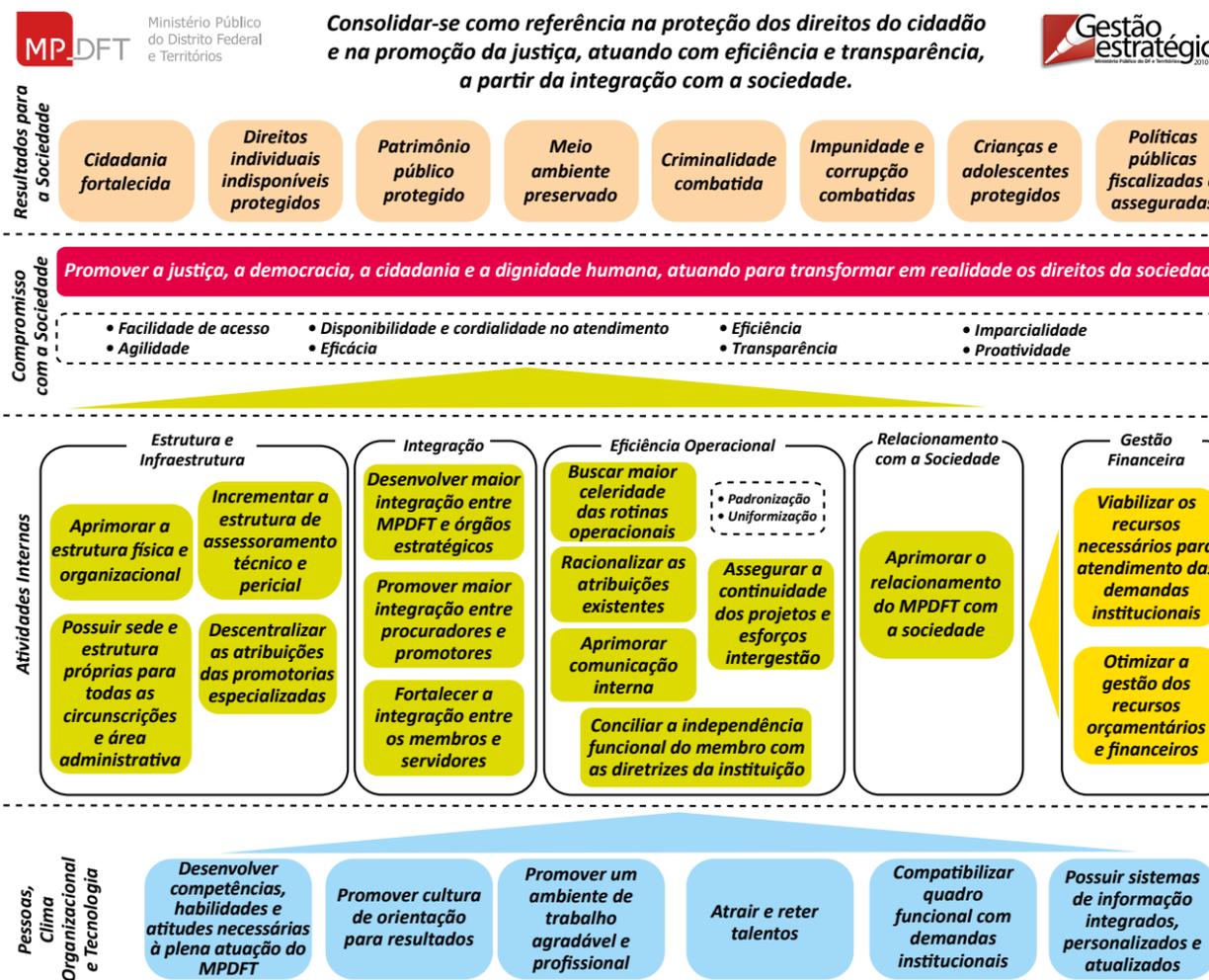
MAPA ESTRATÉGICO DO MPDFT

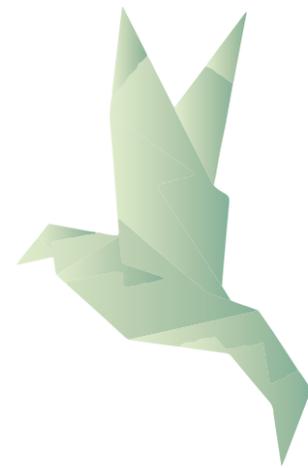


VISÃO: Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.



MISSÃO: Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.





ATIVIDADES INTERNAS

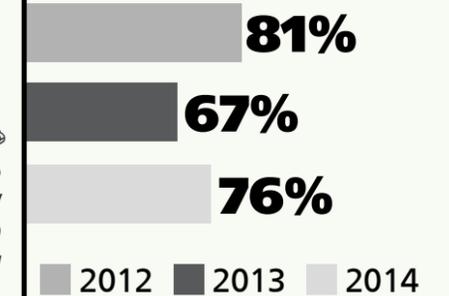


Aprimorar a estrutura física e organizacional
Guardião: Diretor-Geral

Adequação do ambiente de trabalho

Mede se cada unidade administrativa apresenta estrutura física e organizacional adequada e de acordo com o padrão.

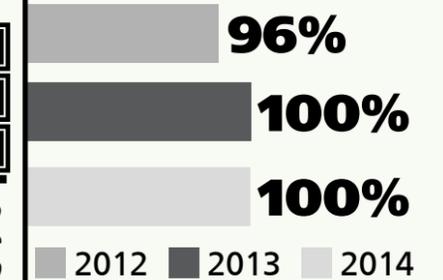
Índice de modernização tecnológica



Fórmula de cálculo: $\text{Índice de modernização tecnológica} = \frac{\text{Total de computadores modernizados (- de 4 anos de vida)}}{\text{Total de computadores}} * 100$

Fonte de dados: Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

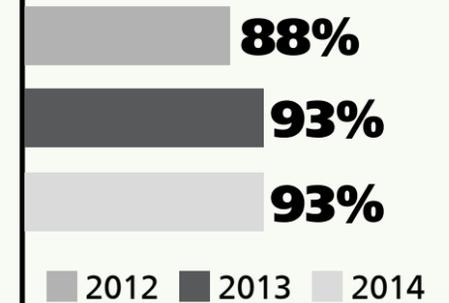
Índice de adequação do mobiliário



Fórmula de cálculo: $\text{Índice de adequação do mobiliário} = \frac{\text{Total de unidades com mobiliário padrão}}{\text{Total de unidades}} * 100$

Fonte de dados: Departamento de Apoio Administrativo

Índice de adequação da estrutura administrativa



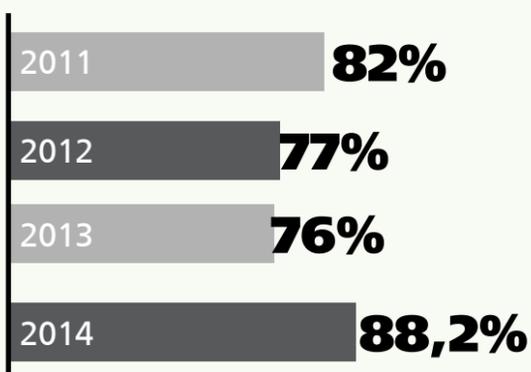
Fórmula de cálculo: $\text{Índice de adequação da estrutura administrativa} = \frac{\text{Total de funções implantadas}}{\text{Total de funções necessárias}} * 100$

Fonte de dados: Secretaria de Planejamento

Incrementar a estrutura de assessoramento técnico e pericial
 Guardião: Vice-Procurador-Geral de Justiça

Índice de atendimento de demandas de assessoramento técnico e pericial

Mede a capacidade de atendimento das demandas pelos peritos e técnicos.



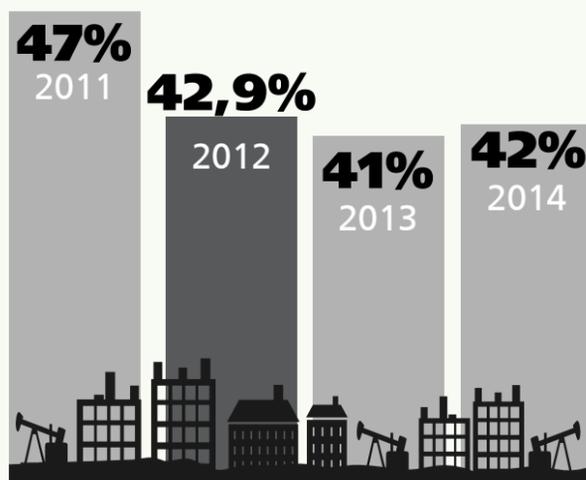
Fórmula de cálculo: Total de solicitações de perícias concluídas no prazo / Total de solicitações de perícias concluídas
 Fonte de dados: Departamento de Perícias e Diligências – DPD

Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa
 Guardião: Chefe do Departamento de Arquitetura e Engenharia

Índice de sedes e estruturas próprias

Mede o grau de adequação da estrutura das circunscrições e áreas administrativas.

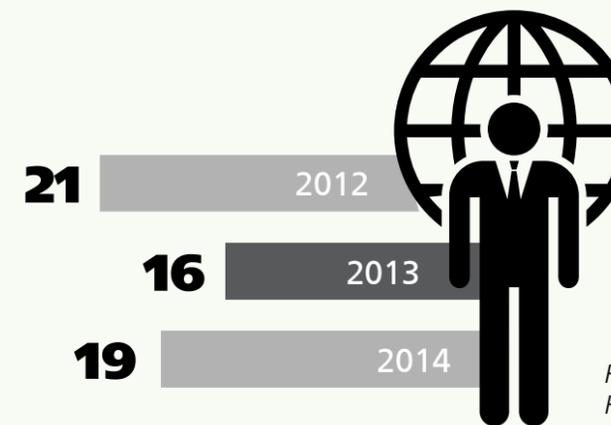
Fórmula de cálculo: (Número de circunscrições e áreas administrativas com sedes próprias / Total de circunscrições e áreas administrativas) * 100
 Fonte de dados: Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE



66% **Índice de acessibilidade**
 2014
 Mede o grau de adequação das instalações do MPDFT aos padrões de acessibilidade recomendados pelo CNMP.

Fórmula de cálculo: Total de sedes próprias em conformidade / Total de sedes próprias
 Fonte de dados: Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE

Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos
 Guardião: Procurador-Geral de Justiça



Índice de execução dos acordos celebrados

Mede, por meio de acordos celebrados, a integração do MPDFT com órgãos que contribuem com a sua atuação.

Fórmula de cálculo: somatório de acordos celebrados
 Fonte de dados: Assessoria de Políticas Institucionais – API

Acordos e Termos de Cooperação

Celebrantes: MPDFT e Centro Popular de Formação da Juventude - Vida e Juventude

Proporcionar segurança física, psíquica e moral àqueles expostos à grave e atual perigo de lesão, por prestarem informações em investigações policiais ou processos judiciais.

Celebrantes: MPDFT, CNPG e CONAMP

Estabelecer um regime de cooperação mútua para melhor utilização da sala cedida ao Ministério Público Brasileiro na Câmara Federal - Sala nº 32 do anexo IV – Câmara Federal.

Celebrantes: MPDFT e AMPARE

Viabilizar a utilização de recursos financeiros, resultantes da aplicação de medidas e penas alternativas, para os fins de custeio de exames de DNA, especialmente os menores atendidos pelo Projeto Pai Legal nas escolas do DF.

Celebrantes: MPDFT e CENTRO COCHRANE DO BRASIL

Intercâmbio de informações visando ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações conjuntas e de atividades complementares de interesse comum que visem à realização de informações técnico-científicas ligadas em especial às áreas de saúde.

Celebrantes: MPDFT, TRE-DF, TJDF e DF

Promover e desenvolver as condições indispensáveis a fim de possibilitar o direito de voto aos presos provisórios e aos adolescentes submetidos às medidas sócio-educativas.

Celebrantes: MPDFT e ESMPU

Parceria na realização de Curso de Ingresso e Vitaliciamento para os Promotores de Justiça Adjuntos.

Celebrantes: MPDFT e TJDF

Intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando a capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica de recursos humanos, o desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas.

Celebrantes: MPDFT e Caixa Econômica Federal

Possibilitar ao MPDFT o acesso às informações registradas no SINAPI-SIPCI.

Celebrantes: MPDFT e Terracap

Concessão ao MPDFT de acesso ao sistema eletrônico corporativo visualizador de dados espaciais de geoprocessamento - Terrageo.

Celebrantes: MPDFT e STJ

Conjugação de esforços para a implementação e a efetividade da transferência eletrônica de processos judiciais remetidos pelo MPDFT ao STJ, bem como do retorno ao tribunal de origem através de sistemas de informações.

Celebrantes: MPDFT e CRC-DF

Conjugar esforços no sentido de promover a capacitação de gestores de entidades do terceiro setor e profissionais da contabilidade, cadastrados no Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), visando a melhoria da gestão dessas entidades.

Celebrantes: MPDFT e MP-AP

Desenvolvimento de atividades integradas em áreas de interesse comum, visando treinamento, desenvolvimento e educação dos recursos humanos e o aprimoramento das atividades institucionais das partes, mediante preenchimento de planos de trabalho.

Celebrantes: MPDFT e Secretaria da Reforma do Judiciário - SRJ, do Ministério da Justiça

O desenvolvimento de uma política de resolução apropriada de disputas, contemplando a realização de cursos de sensibilização, aperfeiçoamento em técnicas, mediação de conflitos, e publicações que promovem uma cultura de harmonização social.

Celebrantes: MPDFT e Rede Record Brasília

Estabelecer ações educativas na prevenção à violência doméstica e familiar no Distrito Federal.

Celebrantes: MPDFT e AMANA-KEY

Estabelecer a mútua cooperação entre os partícipes, visando à realização do II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça - Repensando o MP como Agente de Transformação Social.

Celebrantes: MPDFT e DPDF

Cessão de uso à Defensoria Pública do DF, em caráter precário e a título gratuito, das salas nº 106 e 108, localizadas no pavimento térreo do edifício da PJ de Planaltina, destinadas à instalação das Defensorias Públicas da área de família e cível.

Celebrantes: MPDFT e CNMP

Assegurar o acesso do MPDFT às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro (CCS).

Celebrantes: MPDFT e IPEA

Desenvolver atividades da Política Estadual de Gestão do Conhecimento que privilegiem o alcance das metas previstas na missão institucional de ambas as partes, que envolvam gestão de conhecimento e pesquisa. Publicado em 10/4/14, vigente por 2 anos a contar da publicação.

Celebrantes: MPDFT e TCU

Estabelecer cooperação técnica entre o TCU e o MPDFT, para o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades de interesse comum.

MPDFT recebe visita de membros do Judiciário e do Ministério Público do México

O MPDFT recebeu a visita de Justiça em 2008, ampliando temas de mediação penal e civil e a solução extraprocessual de conflitos. Os visitantes vieram conhecer o Sistema Judiciário do Brasil e estreitar laços para o intercâmbio de informações e troca de experiências sobre problemas e soluções na Justiça de cada país.



Procuradora-Geral de Justiça, Eunice Carvalhido, entrega o Relatório de Gestão Estratégica do MPDFT e um exemplar da Constituição Federal brasileira a um dos integrantes da comitiva

Chefe de gabinete do MP de Portugal visita MPDFT para tratar sobre violência doméstica

A jurista Helena Gonçalves, especialista em direito da família e violência doméstica, está no Brasil como indi-



Helena Gonçalves foi recebida pela procuradora-geral da Justiça, Eunice Carvalhido, e pelos promotores de Justiça Thiago Pierobom e Mariana Távora

cada da Comissão Europeia para auxiliar na confecção do Protocolo Ibero-Americano para Investigação com Perspectiva de Gênero dos Crimes de Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres.

O Protocolo tem o objetivo de criar procedimentos padronizados para a investigação e atuação do Ministério Público nos casos de violência contra a mulher. Na ocasião discutiu-se o crescente aumento de casos registrados dessa forma de criminalidade e da dificuldade em completar a investigação, seja pela falta de concretude das evidências ou pela desistência das vítimas.

O projeto é financiado pela organização EUROsocial, que é um programa de cooperação internacional da Comissão Europeia para promoção de projetos de desenvolvimento social na América Latina.

Magistrados de Moçambique recebem capacitação do MPDFT

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios recebeu os magistrados de Moçambique para palestra sobre a atuação da Instituição em defesa do consumidor. O encontro faz parte do Projeto de Capacitação Jurídica de Formadores e Magistrados Brasil – Moçambique.



Magistrados de Moçambique durante a palestra

O treinamento foi realizado pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor (Prodecon), Paulo Roberto Binicheski. Os magistrados de Moçambique puderam conhecer também as formas de atuação da Prodecon. Binicheski explicou como funciona o inquérito civil público e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um instrumento que permite convocar o violador dos direitos e propor uma adequação da sua conduta estabelecendo regras a serem cumpridas, sob pena de uma eventual multa. O procurador José Alfredo Macaringue aprovou a iniciativa. “Moçambique ainda está em um fase incipiente, mas penso que vai valer a pena abraçarmos essa causa e seguirmos o mesmo caminho do Brasil”, comentou. A juíza Elisa João Samuel também agradeceu a disponibilidade do MPDFT em trocar experiências. “Agora teremos ferramentas para trabalhar. Sairemos daqui com uma luz e esperamos que essa luz brilhe até que possamos chegar no nível em que vocês se encontram”, finalizou.

Delegação da Rússia visita Centro de Inteligência do MPDFT

O Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI) recebeu a visita de uma delegação russa interessada em conhecer a metodologia de trabalho utilizada no MPDFT. Os estrangeiros atuam na área de inteligência financeira e vieram ao CI por indicação do Ministério da Justiça. Eles estavam acompanhados por adidos civis da Embaixada da Rússia.

Segundo os promotores de Justiça do CI, Wilton Queiroz de Lima e Alexandre Sales, o encontro foi uma oportunidade para iniciar uma parceria. “A visita, do ponto de vista estratégico, é interessante para o MPDFT porque há uma tendência atual de internacionalização do capital criminoso”, afirmou Queiroz.

Cooperação – A delegação russa está no Brasil para assinar termo de cooperação técnica na área de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento

do terrorismo. Segundo o secretário nacional de Justiça, Paulo Abraão, a expectativa é que se estabeleça uma cooperação técnica e um intercâmbio de experiências para transferência de tecnologia e inteligência.



Promotor de Justiça Wilton Queiroz cumprimenta um dos integrantes da delegação russa



Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas
Guardião: Presidente do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT

Índice de descentralização das atribuições das promotorias especializadas

Mede a presença das promotorias especializadas nas circunscrições.



Fórmula de cálculo: Total de circunscrições com atribuições de promotorias especializadas / Total de circunscrições
Fonte de dados: Conselho Superior do MPDFT

Resolução nº 179 do Conselho Superior do MPDFT

Foi publicada, no Diário Oficial da União, a Resolução nº 179, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que trata sobre a criação da 1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça Regionais

de Defesa do Patrimônio Público (Proreg). As sedes das novas promotorias serão a Coordenadoria Administrativa do Paranoá, de Taguatinga e de Santa Maria.

A 1ª Proreg, com sede no Paranoá, será responsável pelas seguintes áreas:

- Sobradinho,
- Sobradinho II,
- Fercal,
- Planaltina,
- Paranoá,
- Lago Norte,
- Varjão,
- Lago Sul,
- Jardim Botânico,
- Brasília,
- São Sebastião
- Itapoã.

A 2ª Proreg, sediada em Taguatinga, atuará em:

- Brazlândia,
- Águas Claras,
- Vicente Pires,
- Taguatinga,
- Ceilândia,
- Samambaia,
- Recanto das Emas,
- Riacho Fundo I e
- Riacho Fundo II.

A 3ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público, com sede em Santa Maria, ficará responsável pelas áreas:

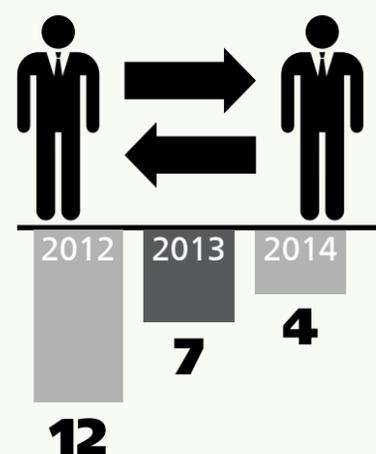
- Gama,
- Santa Maria,
- Candangolândia,
- Núcleo Bandeirante,
- ParkWay,
- Cruzeiro,
- Sudoeste/Octogonal,
- SCIA,
- SIA e
- Guará.

Dentre as atribuições das promotorias estão acompanhar e fiscalizar a gestão de recursos humanos, as licitações, contratos e convênios das Administrações Regionais do Distrito Federal; requisitar a instauração de inquérito policial, ajuizar e conduzir a ação penal por

crimes que envolvam o patrimônio público e social; e promover a execução das ações civis públicas ajuizadas pelo MPDFT relativas a sua área de atuação.



Promover maior integração entre procuradores e promotores
Guardião: Integrante das Câmaras de Coordenação e Revisão



Índice de discussão de temas críticos

Mede o esforço do MPDFT em discutir e alinhar os temas críticos mais relevantes.

Fórmula de cálculo: somatório de temas críticos identificados debatidos

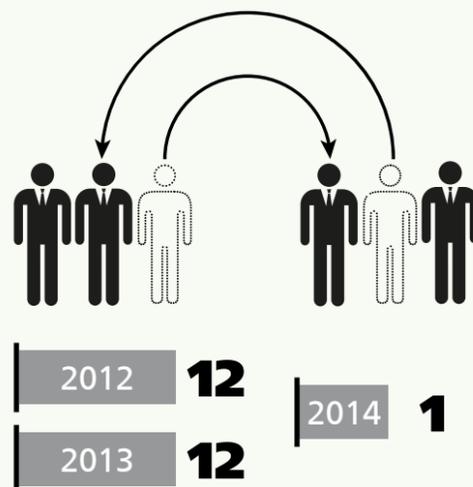
Fonte de dados: Assessoria de Políticas Institucionais – API

Promoção de convergência entre procuradores e promotores

Mede o esforço do MPDFT em alinhar procuradores e promotores por temas de atuação.

Fórmula de cálculo: Quantidade de iniciativas realizadas para promover convergência entre procuradores e promotores por temas de atuação (encontros temáticos e recomendações oriundas dos encontros)

Fonte de dados: Assessoria de Políticas Institucionais – API



PROJETO REPENSAR

Encontro “Repensando o MP como Agente de Transformação Social” propõe reflexão

Cerca de 200 procuradores e promotores de Justiça se reuniram em agosto de 2014 no II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça do MPDFT. Os participantes foram convidados a refletir sobre o papel da Instituição na sociedade e sobre o desempenho dos serviços prestados ao cidadão. O Grupo Amana-Key, especializado em estratégias de liderança, foi responsável pela condução do evento, que teve a proposta de repensar o MPDFT como agente de transformação social.

O presidente do Grupo, Oscar Motomura, explicou que a ideia foi entender o desempenho da função institucional em um contexto maior. “Temos que posicionar qualquer atividade em um contexto de vida. Assim poderemos ver a humanidade como uma família e ampliar nossa consciência”. Para Motomura, além do caráter reflexivo, o II Encontro do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça teve uma função deliberativa que visou aprimorar o trabalho desenvolvido. “A ideia é subir o nível de consciência, pensar o Ministério Público de modo que nenhum cidadão fique desassistido”, conclui.



Procuradores e Promotores de Justiça debateram o papel da Instituição

“A IDEIA É SUBIR O NÍVEL DE CONSCIÊNCIA, PENSAR O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MODO QUE NENHUM CIDADÃO FIQUE DESASSISTIDO”

“O alcance do trabalho dos membros do Ministério Público me deixou impressionado. Percebi que temos os mesmos objetivos, por isso formamos essa parceria. Somos parceiros na busca do bem-estar comum da sociedade”, afirmou Motomura.

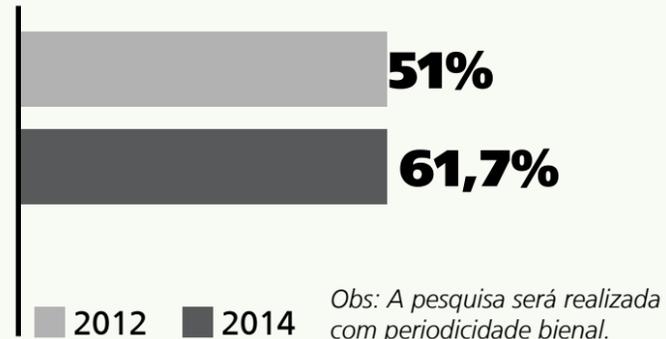
No período da manhã, os procuradores e promotores de Justiça assistiram a vídeos com depoimentos de médicos, professores, cidadãos e líderes comunitários que instigaram a reflexão acerca da postura do Ministério Público frente à sociedade. Após cada apresentação, os membros discutiram os problemas e questionamentos apontados. Desse Encontro surgiu uma compilação de documentos chamado Sumário Executivo. O material inclui o projeto original (Repensar), a enquete feita aos membros, as contribuições dos grupos de debate e os resultados das votações. Os arquivos foram organizados em duas versões: uma impressa, resumida, e um DVD, completo. A íntegra do conteúdo também permanecerá à disposição na Intranet do MPDFT.

Fortalecer a integração entre membros e servidores

Guardião: Vice-Procuradora-Geral de Justiça

Índice de integração

Mede o grau de satisfação dos servidores no relacionamento com os membros e vice-versa.



Fórmula de cálculo: Índice de integração (pesquisa de clima organizacional)

Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

Atividades da Seção de Integração de Pessoas

Com o objetivo de fortalecer a integração na Instituição, o Departamento de Gestão de Pessoas conta com a Seção de Integração de Pessoas – Seint, cujo trabalho tem o foco na qualidade de vida e na melhoria do clima organizacional.

Durante o ano de 2014 diversas atividades foram realizadas como campanhas de arrecadação de material escolar, campanha do agasalho, caminhadas no parque, dentre outras.



Servidores se apresentam na 1ª Mostra de Talentos de 2014

#VaiTerSãoJoãoSim que contou com a participação de aproximadamente 800 pessoas.

Além das ações de integração, a Seint promoveu, em parceria com o Cerimonial, a Honra ao Mérito, que homenageia os servidores que completam 10, 20 e 30 anos de serviço e também os que se aposentaram.

Na ambientação dos novos servidores a unidade também realizou dinâmicas de integração e acompanhou o grupo em visita a uma promotoria. Para os servidores terceirizados promoveu exames oftalmológicos gratuitos e entrega de armações de óculos coletadas durante a Campanha Novo Olhar.

Para fechar o ano com chave de ouro, a Seint promoveu a campanha Padrinhos Solidários, onde membros e servidores apadrinharam cartinhas dos filhos dos terceirizados e presentearam as crianças em evento realizado no Espaço Ágora com a presença do papai Noel.



Apresentação do Coral do MPDFT

Fruto também desse trabalho o Coral do MPDFT - MPDFTom foi retomado sob a regência do Maestro Renato Pedro, e da operação caça talentos realizada pela Seint, surgiu a MPBand, formada por servidores da casa. A banda tem sido convidada para participar de eventos externos, além de sempre estar presente nas festividades promovidas na Instituição.

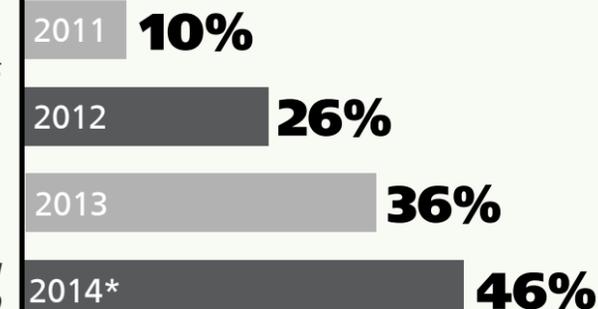
Em parceria com a Associação dos Servidores do MPDFT – ASMIP a Seint promoveu a festa julina

Buscar maior celeridade das rotinas operacionais

Guardião: Secretário de Planejamento

Índice de otimização das unidades organizacionais

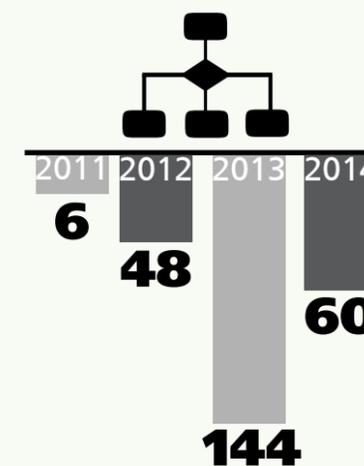
Mede a quantidade de unidades mapeadas e otimizadas.



Fórmula de cálculo: $(\text{Total de unidades mapeadas} / \text{Total de unidades com painel de contribuição}) * 100$

Fonte de dados: Secretaria de Planejamento – Secplan

* O índice é apresentado de forma cumulativa, somando-se o ano anterior ao seguinte.



Índice de otimização de processos de trabalho

Mede a quantidade de processos de trabalho mapeados e otimizados.

Fórmula de cálculo: somatório de processos de trabalhos mapeados

Fonte de dados: Secretaria de Planejamento – Secplan

ANÁLISE ADMINISTRATIVA NO MPDFT: DIRETRIZES PARA MAPEAMENTO E MODELAGEM DE PROCESSOS



Por Fabiane Elisa Augusta Correa Gurgel, chefe da Seção de Análise Administrativa

A gestão de processos vem sendo cada vez mais incorporada nas organizações públicas para transformar suas rotinas de trabalho e melhorar seus resultados. Essa gestão deve ser contínua e integrada à Gestão Estratégica do órgão. Como a gestão de processos visa promover mudanças organizacionais de forma colaborativa, ela pressupõe que os principais executores dos processos sejam os colaboradores de sua construção, reflexão e redesenho. Dessa forma, não existe gestão de processos sem pessoas. Ela é justamente a forma de repensar como as pessoas interagem entre si e com os mecanismos de execução das atividades propriamente ditas.

A metodologia utilizada pela Seção de Análise Administrativa da Secplan é totalmente colaborativa. O trabalho é realizado por meio de reuniões, geralmente com a participação dos envolvidos diretamente na execução dos processos/rotinas de trabalho. Essa metodologia visa basicamente dois produtos:

- Relatório de Diagnóstico Situacional – Documento que visa mostrar a situação atual de forma a levantar as necessidades e a identificar os problemas e as oportunidades de melhoria; e

- Manual de Processos e Procedimentos – Documento que reúne os modelos (fluxogramas) dos processos de trabalho mapeados com o detalhamento de cada elemento relacionado a esses processos.

A metodologia de Análise Administrativa compreende quatro etapas distintas, mas que se complementam na medida em que são executadas. São elas: Análise da Situação Atual – onde é feito o levantamento prévio de informações e planejamento das atividades, Desenho dos Processos – compreende o mapeamento e a modelagem dos processos de trabalho, Validação e Aprovação – entrega formal dos produtos da Análise

Administrativa, Relatório de Diagnóstico Situacional e Manual de Processos e Procedimentos, e Acompanhamento e Avaliação - acompanhamento contínuo da Análise Administrativa para subsidiar a sua avaliação semestral e verificar se as rotinas mapeadas atenderam ao fim a que se destinam.

Em 2014 a Secplan realizou os seguintes mapeamentos:

- Promotorias de Justiça de Família, Órfãos e Sucessões;
- Promotorias de Justiça de Registros Públicos;
- Promotorias de Justiça de Falência e Recuperação de Empresas
- Promotorias de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social
- Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Samambaia
- Promotorias de Justiça de Defesa da Educação
- Coordenadoria de Cerimonial e Eventos
- Projeto Institucional Círculos Educativos Contra Violência
- Projeto Institucional – MPDFT Digital
- Revista do MPDFT

E realizou a dos processos em conjunto com as seguintes unidades:

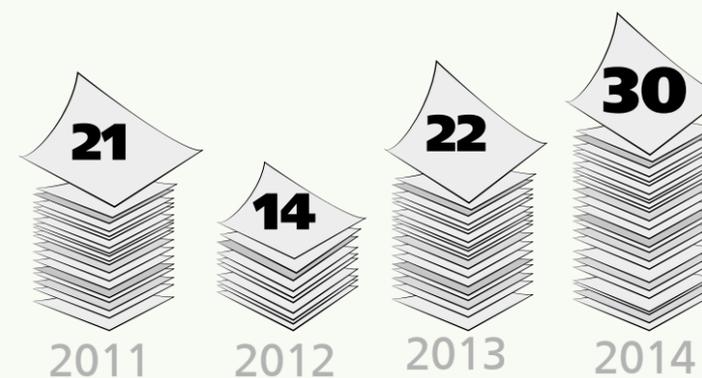
- Projeto Adolescente Aprendiz
- Campanha Ciranda do Livro
- Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Para que esse trabalho seja realizado na unidade o ideal é que haja uma previsão no Painel de Contribuição da Unidade que é o instrumento de desdobramento da gestão estratégica no MPDFT.



Racionalizar as atribuições existentes

Guardião: Presidente do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT



Índice de racionalização das atribuições

Mede o número de resoluções do Conselho Superior do MPDFT – CSMPDFT que normatizam a atividade fim (alterações na Resolução nº 90/2009).

Fórmula de cálculo: somatório de resoluções do CSMPDFT que alteram a Resolução nº 90/2009

Fonte de dados: Secretaria do Conselho Superior – Secplan/DIINF

Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-fim

Atendendo a necessidade de se estabelecer políticas e diretrizes para a estruturação da atividade-fim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição foi criado o Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-fim.

O Comitê realiza estudos e apresenta propostas para a

criação, transformação ou extinção de órgãos do MPDFT, atendendo ao interesse público, ao princípio da eficiência e divisão equitativa do trabalho, sem olvidar as peculiaridades das diversas áreas de atuação do Ministério Público. Em 2014 tivemos: 15 promotorias criadas, 14 promotorias transformadas e uma promotoria extinta.



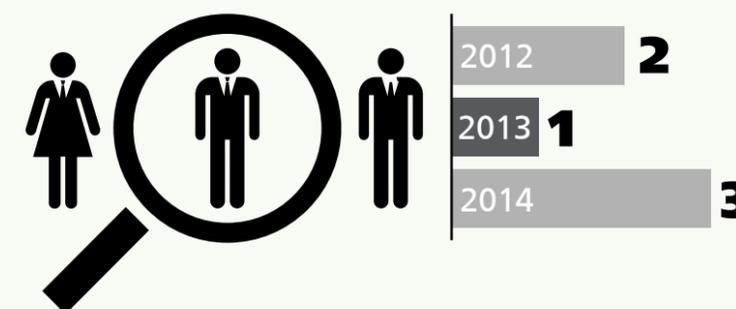
Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição

Guardião: Corregedor-Geral

Descumprimento de normas disciplinares

Mede o grau de descumprimento de normas disciplinares no MPDFT como um todo.

Fórmula de cálculo: Total de membros punidos
Fonte de dados: Corregedoria-Geral



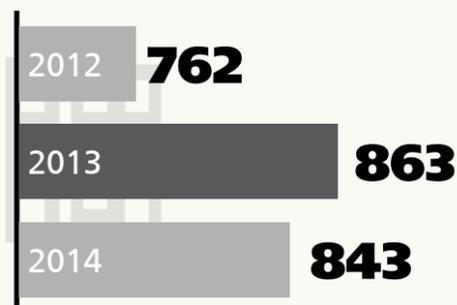


Aprimorar comunicação interna Guardião: Assessoria de Políticas Institucionais

Índice de efetividade da comunicação interna

Mede a capacidade do MPDFT em disseminar as informações entre membros e servidores.

Fórmula de cálculo: somatório de notícias publicadas na Internet e Intranet
Fonte de dados: Secretaria de Comunicação



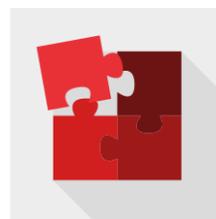
DGPedia

Foi lançada em 2014 o DGPedia, instrumento de disseminação de informações na área de Gestão de Pessoas.

A ferramenta tem como objetivo facilitar a busca por informações que antes era feita por e-mail ou telefone. Com a plataforma on-line, a pesquisa sobre legislação, procedimentos, orientações, perguntas frequentes e outros assuntos relacionados à gestão de pessoas no MPDFT ficou mais simples e rápida.

Regulamentada pela Portaria PGJ nº 298/2014, o DGPedia também é interativo, podendo receber co-

mentários dos usuários. Atualmente, ele apresenta três módulos de informações: Férias, Frequência, Cargo/Função Comissionada e Capacitação. A ferramenta pode ser acessada na Intranet do MPDFT.



DGPedia
Construção do conhecimento

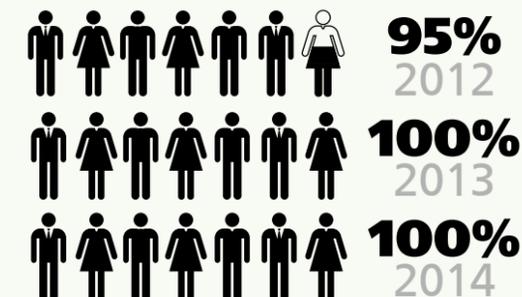


Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade Guardião: Ouvidoria

Índice de atendimento à sociedade

Mede a capacidade do MPDFT em responder às solicitações da sociedade.

Fórmula de cálculo: $(\text{Total de atendimentos com resposta no prazo} / \text{Total de atendimentos}) * 100$
Fonte de dados: Ouvidoria



Atendimentos

No ano de 2014, foram realizados 6.130 (seis mil cento e trinta) atendimentos. Deste total, 6.115 (99,76%) encontram-se com o processamento concluído na Ouvidoria. Dos atendimentos aguardando providência, todos

foram respondidos ao manifestante dentro do prazo estabelecido na Ouvidoria, somente estão aguardando uma segunda providência.

A Ouvidoria do MPDFT completou 10 anos

A Ouvidoria do MPDFT completou 10 anos e, para celebrar, realizou um evento aberto ao público no dia 24 de setembro. O serviço estabeleceu-se, com o passar dos anos, como um efetivo canal de comunicação da sociedade com a Instituição. Em uma década de trabalho, foram recebidas mais de 48 mil manifestações.

A programação teve palestras como: “Ouvidoria Pública: entre a gestão, o controle e a participação social”, com o ouvidor-geral da União, José Eduardo Elias Romão, e “Ouvidoria e Ministério Público”, com o professor Rubens Pinto Lyra. Também foram realizados debates com o público, mediados por representante do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP). A ouvidora do MPDFT, a procuradora de Justiça Maria Rosynete de Oliveira, destacou a importância do evento: “A celebração do aniversário

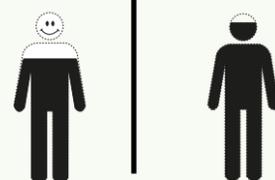
da Ouvidoria do MPDFT será também um momento de formação para os participantes, contribuindo para o aprimoramento deste espaço de diálogo com a sociedade”. Na ocasião, também foi lançada a nova logomarca da Ouvidoria, que busca traduzir ideias intrínsecas à atividade, como canal de comunicação, escuta e *feedback*.



Índice de satisfação do atendimento

Mede a satisfação dos cidadãos com o atendimento do MPDFT.

78% 2013 | **98,3%** 2014



Fórmula de cálculo: Pesquisa Externa de Satisfação.
Fonte de dados: projeto MP Eficaz – Atendimento ao cidadão

Ministério Público lança portal de defesa do consumidor

Com o objetivo de oferecer aos cidadãos informações sobre seus direitos, as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios acabam de disponibilizar o portal Consumidor Vencedor. A ferramenta contém resumos de decisões judiciais favoráveis aos consumidores obtidas pelo Ministério Público, além de informações sobre termos de ajustamento de conduta (TAC) e outras ações na área.

O conteúdo do site é disponibilizado em linguagem simples e de fácil compreensão, evitando o uso de termos técnicos e jurídicos. O consumidor poderá acompanhar



casos nas áreas de transportes, saúde, educação, finanças e alimentação, entre outras. Também é possível denunciar o descumprimento de TACs e de decisões judiciais.

O portal foi idealizado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e já foi implementado no Espírito Santo, em Goiás, no Maranhão, em Minas Gerais, na Paraíba e em Rondônia. A intenção é que os Ministérios Públicos de todo o Brasil participem da iniciativa para que seja traçada uma estratégia nacional de atuação.

Acesse o portal em: <http://consumidorvencedor.mp.br/>.

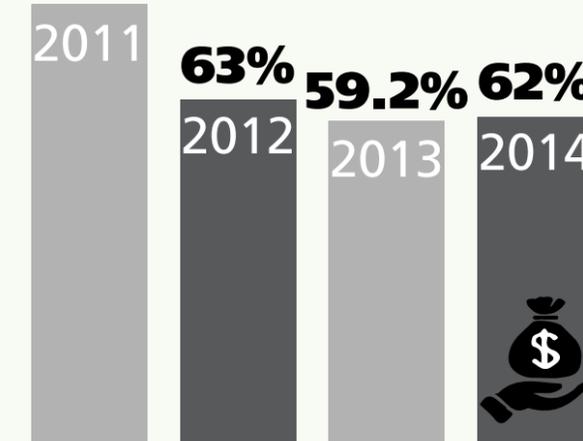


Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais

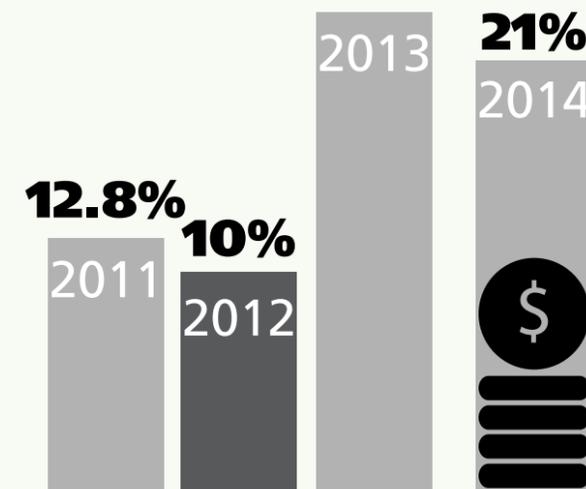
Guardião: Procurador-Geral de Justiça

Índice de viabilização da proposta orçamentária apresentada 72.6%

Mede o atendimento do orçamento proposto pelo MPDFT comparando com orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.



Fórmula de cálculo: Orçamento aprovado pelo Congresso / Orçamento proposto pelo MPDFT
Fonte de dados: Departamento de Orçamento e Finanças – DOF

25.4%**Índice de suplementação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA**

Mede o percentual de suplementação ao orçamento do MPDFT aprovado pelo Congresso Nacional ao longo do exercício financeiro.

Fórmula de cálculo: Emendas ao PLOA + Créditos adicionais / PLOA
Fonte de dados: Departamento de Orçamento e Finanças – DOF

MPDFT consegue execução orçamentária recorde pelo segundo ano executivo



Equipe do Departamento de Orçamento e Finanças

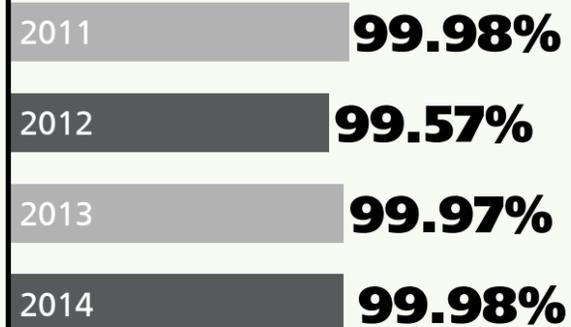
O trabalho conjunto realizado pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DOF) e as demais unidades do MPDFT tem mostrado bons resultados. Em 2014, o MPDFT utilizou 99,98% dos recursos orçamentários disponíveis. Segundo Hilton Muniz, chefe do DOF, a

execução recorde comprova a correta aplicação e a consequente maximização dos recursos públicos. “Esse nível de execução permite que se pleiteiem mais recursos nos anos seguintes para que novas demandas e projetos possam ser atendidos”, explica. Para se chegar a esse resultado, o DOF estabelece um planejamento criterioso dos gastos a partir das diretrizes determinadas pela Procuradoria-Geral de Justiça e pela Diretoria-Geral. Ao longo do ano, o DOF acompanha de perto o orçamento, o que permite transferir recursos entre despesas para garantir que a verba não utilizada por uma unidade possa atender as demandas de outro setor. Além disso, as compras são preparadas com antecedência e, à medida que os recursos são disponibilizados, vão sendo usados da forma mais ágil possível. Muniz destaca a possibilidade de se aderir a atas e pregões como um mecanismo que agiliza as compras.

 **Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros**
Guardião: Diretor-Geral

Índice de execução do Plano Interno

Mede o grau de execução das demandas previstas no Plano Interno.



Fórmula de cálculo: $\text{Execução das despesas contempladas no Plano Interno} / \text{Total de recursos autorizados no Plano Interno}$
Fonte de dados: Departamento de Orçamento e Finanças – DOF

Agilidade dos processos licitatórios

Mede a agilidade do MPDFT em realizar as licitações no prazo estabelecido.



Fórmula de cálculo: $\text{Tempo médio} = \text{processos com aprovação do termo de referência pela Consultoria Jurídica e a homologação do procedimento}$. Fonte de dados: Coordenadoria de Licitação.

Agilidade da abertura do processo licitatório

Mede a agilidade do MPDFT em dar início ao procedimento licitatório logo após a respectiva solicitação.



Fórmula de cálculo: $\text{Percentual de homologação de processos licitatórios realizados no prazo em relação ao total de homologações realizadas no período}$. Fonte de dados: Coordenadoria de Licitação.



PESSOAS, CLIMA ORGANIZACIONAL E TECNOLOGIA

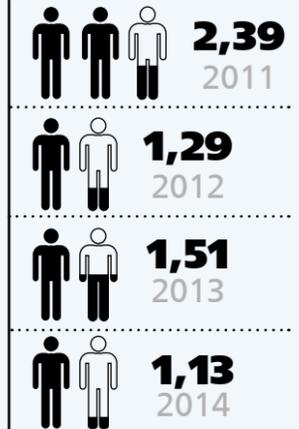


Desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MPDFT

Guardião: Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

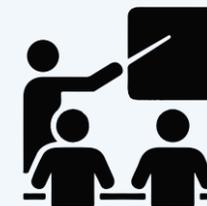
Índice de capacitação

Mede a eficácia do MPDFT em capacitar membros e servidores nas competências definidas.



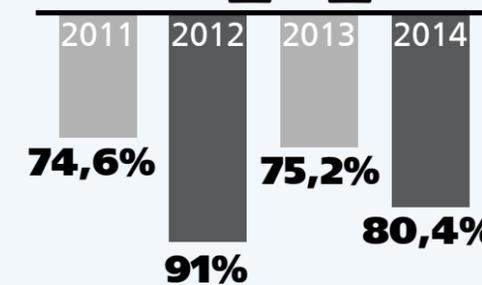
Fórmula de cálculo: somatório de participantes em cada curso realizado / Total de membros e servidores

Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP



Índice de cumprimento do plano de capacitação

Mede a eficácia do MPDFT em capacitar os membros e servidores nas competências definidas no plano de capacitação.



Fórmula de cálculo: Percentual das ações de treinamento realizadas / Número de ações de treinamento planejadas

Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

Índice de satisfação com os treinamentos

Mede o grau de satisfação dos treinados quanto ao treinamento recebido.



Fórmula de cálculo: Relatório final de avaliação de curso com índice de satisfação igual ou maior do que a respectiva meta (meta = 5)

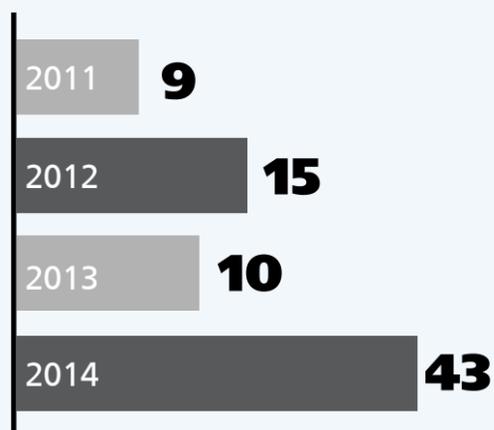
Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

Índice de crescimento técnico

Mede a quantidade de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica (especialização, mestrado, doutorado) após ingresso no MPDFT

Fórmula de cálculo: $\text{Quantitativo de servidores que adquiriram alguma capacitação técnica no período (ano)}$

Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP



MPDFT cria Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas

Criado pela Portaria Normativa PGJ 309/2014, o comitê trabalhará para descentralizar as decisões sobre política de gestão de pessoas no MPDFT. As reuniões serão trimestrais e públicas – todos os interessados poderão participar e sugerir pautas.

Estão entre as atribuições do Comitê estão a proposição de diretrizes e políticas de gestão de pessoas, o monitoramento das iniciativas implantadas e o fornecimento de subsídios ao Procurador-Geral de Justiça para a tomada de decisões. Poderão ser criados grupos de trabalho ou

comissões para deliberar sobre assuntos específicos. As conclusões dos grupos ou comissões serão posteriormente submetidas à aprovação do Comitê.

A inovação do Comitê é que, como órgão colegiado, ele terá autoridade para decidir coletivamente questões que antes ficavam a cargo do Departamento de Gestão de Pessoas (DGP) e da Administração Superior. Some-se a isso o fato de incluir representantes das promotorias nos debates sobre políticas de gestão de pessoas.

Bolsas de pós-graduação para membros e servidores

O MPDFT disponibilizou para membros e servidores 8 vagas nos cursos de pós-graduação em Gestão Pública ministrados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os cursos serão totalmente custeados pelo MPDFT.

Participaram do processo de seleção membros em efetivo exercício que não receberam benefício de afastamento ou custeio do MP para os mesmos fins e servidores

ocupantes de cargo em comissão a partir de CC-2. O ambiente virtual de aprendizagem é disponibilizado no site da FGV.

O objetivo desta iniciativa é capacitar membros e servidores para os processos de administração pública e de exercício da liderança na gestão de programas e projetos.

Promover cultura de orientação para resultados Guardião: Secretário de Planejamento

Promover a cultura de resultados e seu tratamento através de indicadores e metas tem sido um grande desafio para a consecução do Planejamento Estratégico.

Com esse objetivo a Secretaria de Planejamento vem se empenhando em disseminar metodologias, formar

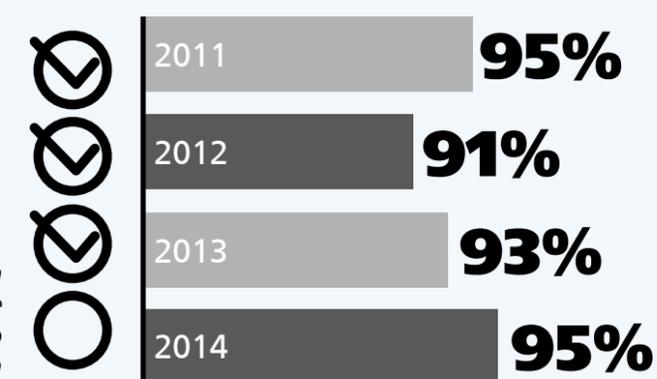
multiplicadores, prestar consultoria na elaboração de projetos, promover encontros e oficinas temáticas, consolidar informações institucionais e convergir todos esses esforços no tratamento e análise quantitativa e qualitativa do desenvolvimento dos trabalhos do MPDFT em prol de sua missão e visão de futuro.

Cobertura do painel de contribuição

Mede a quantidade de áreas contempladas com painel de contribuição.

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Total de áreas contempladas com painel de contribuição}}{\text{Total de áreas com demandas de painel de contribuição}}$

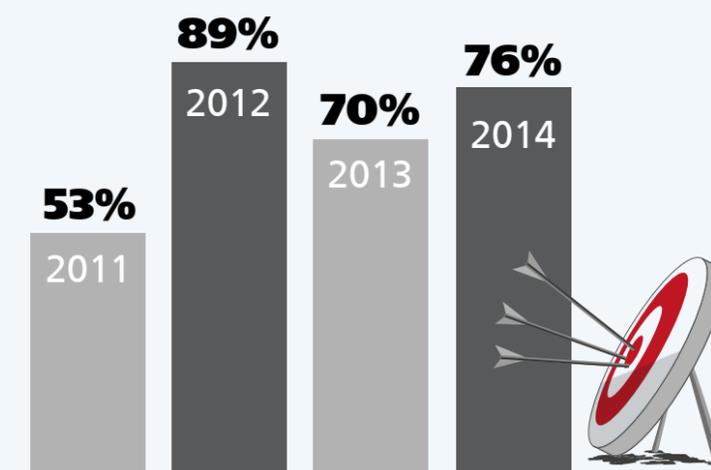
Fonte de dados: Secretaria de Planejamento – Secplan



Cumprimento do painel de contribuição

Mede a eficácia das procuradorias, promotorias e unidades administrativas em cumprirem os seus respectivos painéis de contribuição.

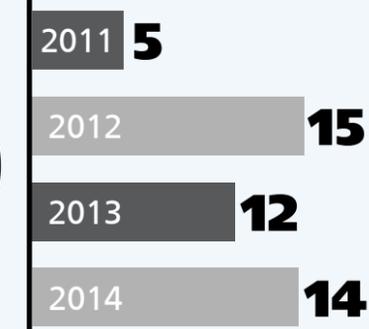
Fórmula de cálculo: $(\text{Somatório do Índice de realização física dos painéis} / \text{Somatório de ações previstas}) * 100$
Fonte de dados: Secretaria de Planejamento – Secplan



Índice da evolução do alcance de resultados

Mede o número de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos.

Fórmula de cálculo: $\text{somatório de projetos elaborados conforme a metodologia de projetos}$
Fonte de dados: Secretaria de Planejamento – Secplan



Banco de Projetos do MPDFT

Foi disponibilizado na Intranet o Banco de Projetos do MPDFT. Os projetos foram elaborados conforme a metodologia institucionalizada pela portaria nº 334/2014. Esse trabalho é desenvolvido pela Divisão de Projetos em parceria com a unidade solicitante.

Inicialmente trata-se de uma página que contém todas

Prêmio CNMP 2014

Dos projetos cadastrados no Banco do CNMP, quatro ficaram entre os 40 finalistas do Prêmio CNMP 2014 que foram apresentados no 5º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público.

O projeto “Vivendo e Aprendendo”, que ficou em quinto lugar na categoria Comunicação e Relacionamento, foi apresentado pela promotora de Justiça Márcia Pereira da Rocha, que enfatizou o resgate da cidadania para os terceirizados que estão tendo aulas de alfabetização na Sede do MPDFT. A promotora de Justiça Aymara Marinho Borges apresentou o projeto “MP + Família”, que ficou em quarto lugar na mesma categoria. Ela explicou que a iniciativa está dividida em duas partes: uma delas é o programa de rádio web Papo em Família, que aborda temas de atuação das promotorias em uma linguagem simples e acessível. A outra parte é o trabalho com cura-



As Promotoras de Justiça Aline Raniero e Carla Zen recebem prêmio ao lado da PGJ e dos Conselheiros Fábio George e Claudio Portela



Secretário-Geral do CNMP, Blau Yassine, Procuradora-Geral de Justiça, Eunice Carvalhido, Luiz Augusto Becker, chefe do DTI, Claudio Portela, Conselheiro do CNMP

as informações do projeto, tais como o nome, descrição, objetivo estratégico impactado, resultados alcançados e o gestor que é a pessoa responsável pela sua execução.

Ao todo, estão listados 46 projetos que também estão cadastrados no Banco Nacional de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público.

tela, que gerou a publicação da Cartilha de Orientação aos Curadores. A promotora de Justiça Aline Raniero apresentou o “Círculos Educativos contra a Violência”, que ficou em terceiro lugar na categoria Indução de Políticas Públicas. Ela explicou que nem sempre a medida socioeducativa surte os efeitos esperados, por isso a necessidade de provocar uma reflexão nos jovens sobre seus atos infracionais. Luiz Augusto Becker, Lula, chefe do DTI, apresentou o projeto “PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação”, que ficou em quinto lugar na categoria Tecnologia da Informação. Para Lula, era necessário que o departamento soubesse onde queria chegar para desenvolver seu próprio mapa com metas e objetivos. O projeto demorou três meses para ficar pronto e teve custo zero, pois foi realizado sem a ajuda de consultoria externa.



As Promotoras de Justiça Cátia Gisele e Márcia Rocha recebem o prêmio ao lado da PGJ e de conselheiros do CNMP Marcelo Ferra e Claudio Portela



A Promotora de Justiça Aymara Borges e a servidora Nadja Oliveira recebem prêmio ao lado da PGJ e dos Conselheiros Marcelo Ferra e Claudio Portela

Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional Guardião: Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

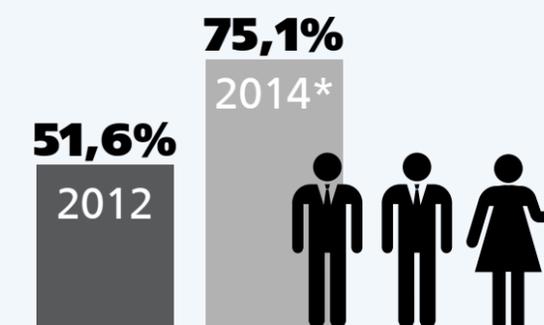


Índice de clima organizacional

Mede a qualidade do clima organizacional no MPDFT.

Fórmula de cálculo: índice de clima organizacional
Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP

* Pesquisa realizada bianualmente.



Atrair e reter talentos Guardião: Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas



Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais

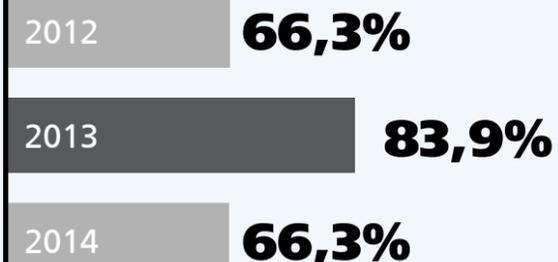
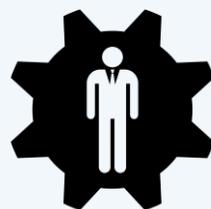
Guardião: Diretor-Geral

Índice de compatibilidade do quadro funcional

Mede o grau de adequação das unidades em termos de possuir lotação adequada (quantidade e competência).

Fórmula de cálculo: Total de unidades com lotação adequada (quantidade e competência) / Total de unidades

Fonte de dados: Departamento de Gestão de Pessoas – DGP



Criado em 2014 o escritório de Gestão por Competências do MPDFT

O Escritório de Gestão por Competência (GCOM), criado pela Portaria Normativa PGJ No324/2014, vem trabalhando na implantação do projeto Competência na Instituição. O modelo GC visa identificar as capacidades necessárias ao desempenho efetivo das atribuições dos membros e servidores do MPDFT e propor ações para que elas possam ser plenamente desenvolvidas, contribuindo, assim, para a consolidação da missão institucional. Até o final do ano, o objetivo foi realizar três etapas do projeto: identificação das competências genéricas, identificação das competências gerenciais e elaboração do Plano de Capacitação do MPDFT.

“Uma organização não é uma entidade em si. A inteligência é o elemento fundamental e as competências

são os pilares que formam esse órgão”. Assim destacou a professora da UnB e coordenadora do Projeto na Instituição, Maria Júlia Pantoja.



Novos servidores tomam posse

Com cerimônias realizadas no Auditório do Sede, que estava lotado de familiares e amigos dos empossandos, o MPDFT recebeu os novos servidores. O clima entre os recém-chegados era de alegria e muitas expectativas. “Estou muito satisfeito, mas não pretendo parar por aqui. Assim que terminar meu curso superior em Direito, quero prestar concurso para analista e, posteriormente, para promotor de Justiça”, declarou o técnico administrativo Fabrício Curvelo. “Espero me realizar profissionalmente, progredir, e que seja um lugar gostoso de trabalhar”, disse Thais Delgado.

A chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, Cinara Maria Carneiro Rocha, deu as boas vindas aos novos servidores e enfatizou a necessidade de nunca perder de vista o propósito do Ministério Público. “Nossas entre



Uma das turmas de novos servidores

gas profissionais contribuirão para tornar realidade os direitos da sociedade do DF”, declarou. Em 2014 foram 233 novos servidores empossados nos mais diversos cargos do MPDFT.

Curso de Vitaliciamento para novos membros empossados

Sob coordenação do promotor de Justiça Celso Leardini, os 25 novos membros empossados em 2014 receberam o treinamento que teve duração de 200 horas/aula, dedicadas ao conhecimento da Instituição e à apresentação de informações básicas para a atuação.

O curso contou ainda com uma segunda etapa, com mais 160 horas/aula, divididas em um período de 14

meses, em que haverá aprofundamento teórico dos temas relativos ao MP. O último passo é a preparação de um Trabalho de Conclusão de Curso.

A então procuradora-geral de Justiça, Eunice Carvalhido, compareceu ao encerramento do curso para dar as boas-vindas aos colegas. Além de elogiar o desempenho da turma e a organização do curso, a chefe do MPDFT ressaltou a importância da capacitação. “Quando entrei na carreira, eu não sabia como ser MP. Hoje, vocês têm auxílio para aprender”, observou.

Também esteve presente o corregedor-geral substituto, Gladaniel Palmeira de Carvalho. Ele recomendou aos ingressantes que pensem no Ministério Público como um órgão voltado para a satisfação do interesse público e para o oferecimento de respostas à sociedade.

O conselheiro do CNMP Cláudio Portela, que também foi ao encerramento, disse aos membros para estarem sempre abertos ao cidadão que, segundo ele, “é a nossa jóia mais rara”. Portela também falou aos novos membros que os servidores têm muito a ensinar.



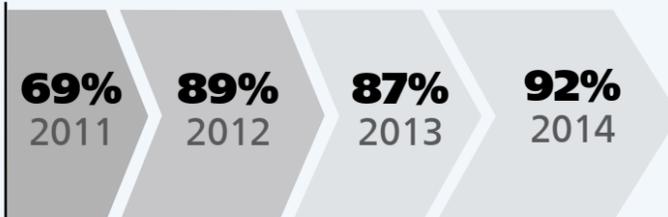
Corregedor-Geral substituto, Gladaniel Carvalho, Procuradora-Geral de Justiça, Eunice Carvalhido, Conselheiro do CNMP, Claudio Portela



Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados
Guardião: Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação

Cumprimento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

Mede a capacidade de execução de ações de TI planejadas de acordo com o PDTI.



Fórmula de cálculo: Total de ações executadas de acordo com PDTI
Fonte de dados: Departamento de Tecnologia da Informação

MPDFT avança no processo administrativo digital

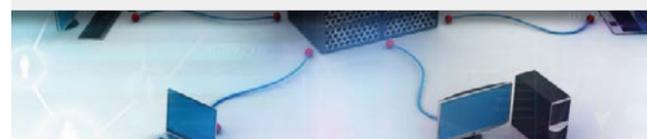
Com a inclusão de documentos pelo Tabularium, o MPDFT economiza tempo e dinheiro, além de dar o bom exemplo a outras instituições. A partir de 2014, alguns trâmites passaram a exigir a utilização do sistema e os documentos inseridos já não existem em sua forma física. A nova versão do Tabularium permite a autuação e a tramitação dos processos administrativos.

O processo administrativo digital é um passo importante para a diminuição de papéis utilizados pelos integrantes da Casa, estimando-se uma significativa redução de gastos e grande ganho para o meio ambiente. Outras vantagens são maior transparência da gestão institucional e o acesso aos processos administrativos digitais de forma simultânea e em qualquer lugar. Além disso, podemos contar com maior celeridade nas rotinas operacionais e economia de recursos não apenas físicos e financeiros, mas também de pessoal.

Segundo Antônio Hugo Barbosa, coordenador de Documentação e Informação, “É mais uma conquista do MPDFT rumo à migração da documentação em meio físico para o ambiente digital. A inclusão do processo administrativo no Tabularium parecia algo tão distante, mas agora se torna uma realidade. Destaco que a participação de todos será imprescindível para o sucesso da implantação do processo administrativo digital. O próximo desafio será a migração dos feitos internos”.



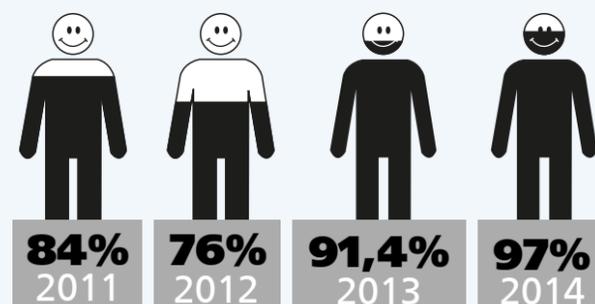
Processo Administrativo Digital no Tabularium



Índice de satisfação do usuário com soluções de TI

Mede o grau de satisfação dos usuários na utilização das soluções de tecnologia da informação.

Fórmula de cálculo: Total de soluções de tecnologia da informação com índice de satisfação igual ou maior do que a respectiva meta
Fonte de dados: Departamento de Tecnologia da Informação



Processo Judicial Eletrônico

Começou a funcionar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que vai reduzir o tempo de tramitação dos processos judiciais.

O sistema, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como proposta para unificação do processo eletrônico no país, foi implantado no dia 25 de julho nos Juizados Cíveis de Brasília e, em pouco mais de três dias, já contava com mais de 200 novas ações distribuídas pela via eletrônica. Até o final do ano, 50% dos Juizados Cíveis do DF (correspondentes às circunscrições de Brasília, Ceilândia e Taguatinga) começaram a funcionar por meio do PJe, que será estendido, até 2017, para toda a Justiça do Distrito Federal (1ª e 2ª instâncias).

A mudança teve início no MPDFT com as promotorias que atuam perante as turmas recursais (2ª instância). A

partir de dezembro, as ações iniciadas pela Instituição perante a Vara do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF começaram a utilizar o PJe. Inicialmente, os processos em formato físico e eletrônico conviverão entre si, não havendo previsão, por ora, de digitalização dos processos já instaurados.



Reunião da Comissão Gestora de Interoperabilidade entre os sistemas do MPDFT e do TJDF

DTI lança ferramenta “Fácil”

O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) lançou a ferramenta “Fácil”, um programa que permite que o usuário execute algumas tarefas em seu computador sem precisar de suporte técnico do departamento. Idealizado para ser uma ferramenta dinâmica, as funcionalidades serão disponibilizadas conforme a necessidade.

Nesta primeira versão, o usuário será capaz de instalar alguns aplicativos, como módulos de segurança de bancos, e realizar consultas sobre unidades e pessoas de

maneira segura e controladora. Os chefes poderão criar logins de novos servidores, bem como dar e retirar o acesso aos sistemas e às pastas, na rede.

Segundo Márcia Vale de Sousa, chefe da Divisão de Operação e Suporte Técnico do DTI, a intenção é disponibilizar tutoriais para resolução de pequenos problemas, pois a Seção de Atendimento ao Usuário recebe diariamente cerca de 80 chamados, e mais da metade deles são tarefas que o próprio usuário poderia executar se tivesse permissão.

MPDFT é primeiro lugar entre MP's em Governança de TI do TCU

Na última avaliação, realizada em 2014 pelo TCU, o DTI atingiu a pontuação de 0,71, em uma escala de 0 a 1, mantendo seu nível classificado como “aprimorado”. Com isto, o MPDFT continua em 1º lugar entre os Ministérios Públicos Estaduais e da União e se encontra na 26ª posição entre as 372 instituições pesquisadas

Na primeira avaliação realizada em 2010, a Instituição alcançou a pontuação de 0,54, sendo classificada em nível “intermediário”. Já na segunda avaliação, em 2012, atingimos o nível “aprimorado”, com pontuação igual a 0,69, alcançando o 1º posto entre todos os Ministérios Públicos Estaduais e da União. Na classificação geral, fi-

camos na 22ª posição entre as 337 instituições avaliadas.

Segundo o chefe do Departamento, o DTI participa regularmente de avaliações voltadas à Governança Corporativa e trabalha com a meta de atingir níveis cada vez melhores nas análises que atestam a qualidade dos serviços, dos sistemas e do atendimento. “Estes resultados se devem à busca contínua de melhorias na operacionalização do DTI, visando a aprimorar a eficiência, a eficácia e a efetividade de seus resultados, sem perder de vista as recomendações dos órgãos reguladores, como o Ministério do Planejamento e o TCU”, afirma.



ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS



ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Como parte da execução da estratégia, o MPDFT, por meio dos painéis de contribuição, coleta as ações e projetos realizados nas unidades para medir o alcance dos resultados.

No painel, a unidade seleciona objetivos estratégicos que estejam diretamente relacionados com a sua atuação ou com os que ela deseja contribuir.

Para cada objetivo estratégico escolhido, são listadas as ações e os projetos a serem desenvolvidos no ano.

Ao final desse período coletamos o Índice de Realização Física (IRF) que nos indicará o percentual de realização das ações propostas em cada painel de contribuição.

A seguir, apresentaremos os resultados alcançados por meio dos painéis de contribuição alinhados aos objetivos estratégicos, pelo somatório de ações por perspectiva do mapa e por objetivo estratégico.

Iniciativas por Perspectiva do Mapa Estratégico

Considerando o planejamento da gestão para o ano de 2014, temos 53 painéis de contribuição ativos, atingindo 96% de cobertura das unidades previstas e com um total de 623 iniciativas realizadas.

No gráfico a seguir, apresentamos o somatório das ações realizadas nos painéis, distribuído pelas três perspectivas propostas no mapa estratégico do MPDFT.

Ressaltamos que os valores não representam o grau de impacto das ações.



Somatório de iniciativas por perspectiva do Mapa Estratégico

Iniciativas por Objetivo Estratégico

Apresentamos a distribuição das iniciativas realizadas nos painéis de contribuição por objetivo estratégico.

Cidadania fortalecida	71	Aprimorar a estrutura física e organizacional	16
Direitos individuais indisponíveis protegidos	18	Incrementar a estrutura de assessoramento técnico e pericial	17
Patrimônio público protegido	7	Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa	7
Meio ambiente preservado	22	Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos	63
Criminalidade combatida	37	Promover maior integração entre procuradores e promotores	6
Impunidade e corrupção combatidas	9	Fortalecer a integração entre membros e servidores	14
Crianças e adolescentes protegidos	18	Buscar maior celeridade das rotinas operacionais	54
Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	44	Racionalizar as atribuições existentes	6
Desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MDPFT	43	Aprimorar a comunicação interna	46
Promover cultura de orientação para resultados	12	Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição	2
Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional	46	Assegurar a continuidade dos projetos e esforços intergestão	2
Atrair e reter talentos	3	Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade	35
Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais	4	Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais	4
Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados	14	Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros	1
Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade	2		

Somatório de iniciativas por objetivo estratégico

Índice de Crescimento das Iniciativas

A cultura de medição é fundamental para o sucesso do Projeto Gestão Estratégica e serve como parâmetro de avaliação e de evolução dos trabalhos desenvolvidos.

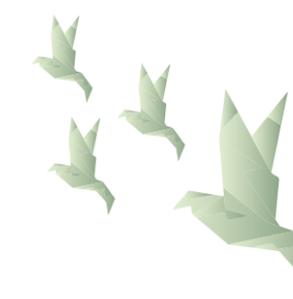
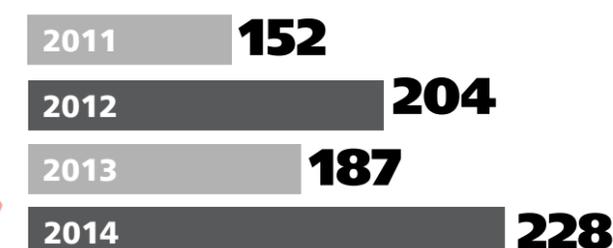
Nos gráficos abaixo, podemos verificar que tivemos, nos quatro anos de execução, uma variação dos índices em relação às iniciativas desenvolvidas.

Podemos verificar ainda um aumento significativo nas iniciativas referentes a todas as perspectivas.

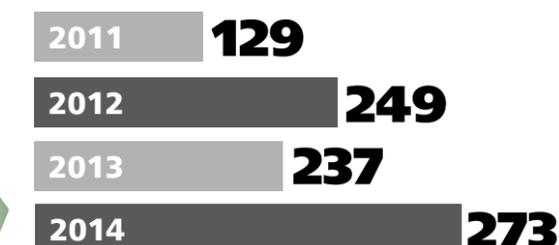
Isso representa a preocupação do MPDFT na consecução dos objetivos estratégicos e principalmente no desenvolvimento das pessoas e na gestão do conhecimento, no aprimoramento das atividades internas, gerando expressivos resultados para a sociedade.



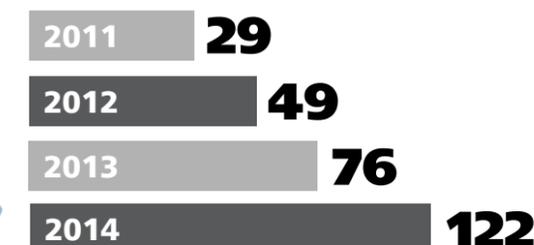
Resultados para a Sociedade



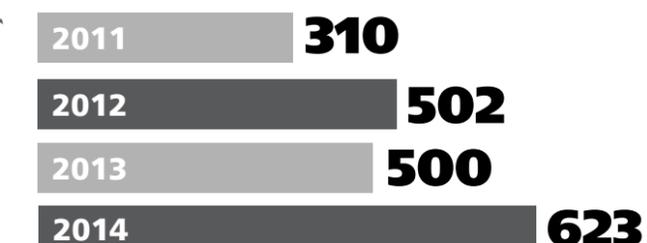
Atividades Internas



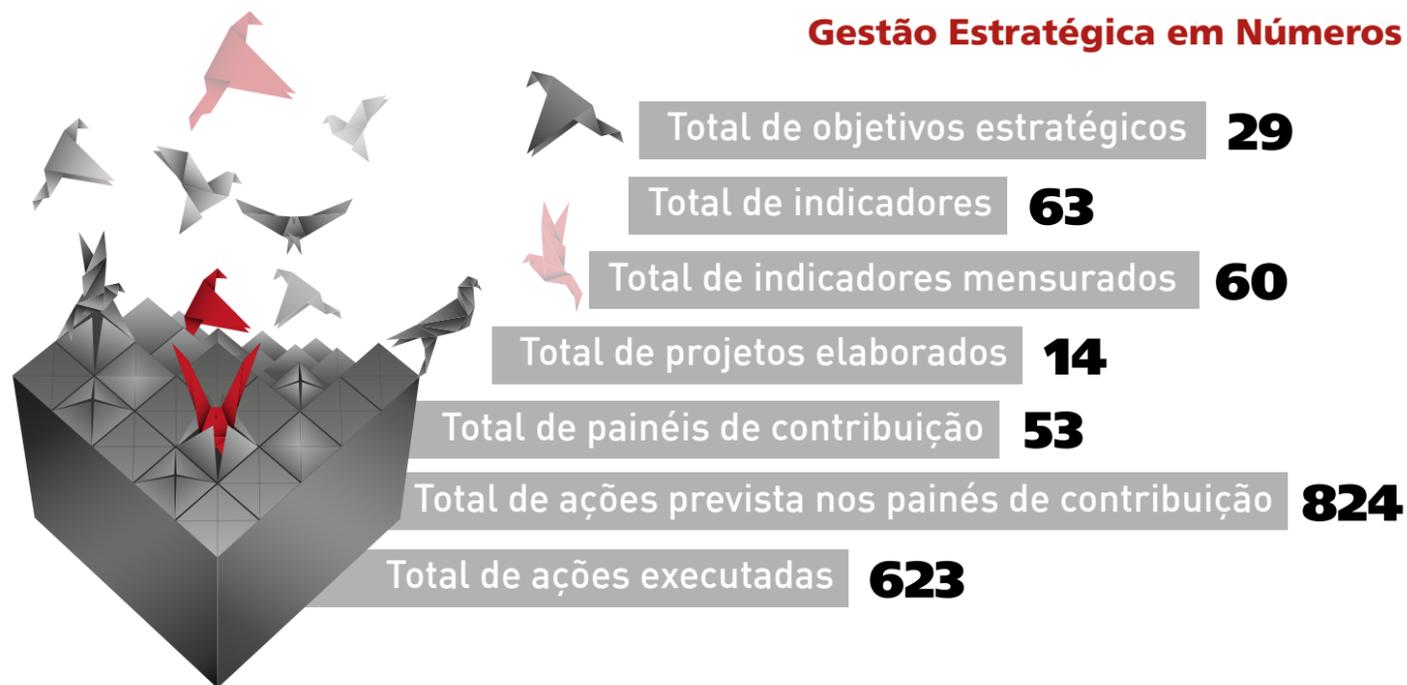
Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia



Total de iniciativas



Gestão Estratégica em Números



MPDFT em Números

FEITOS EXTERNOS NOVOS EM 2014

Inquéritos policiais	31.091
Termos circunstanciados	31.537
Habilitações de casamento	19.656
Retificação de registro extrajudial	2.285
Processos judiciais	118.686
Total	203.255

FEITOS INTERNOS E NOTÍCIAS DE FATO INSTAURADOS EM 2013

Inquéritos civis públicos	297
Procedimentos de Investigação Criminal (PIC)	115
Procedimentos Preparatórios (antigos PIPs)	546
Procedimentos Administrativos (antigos PIs)	4.082
Notícias de Fato (antigos requerimentos)	22.977
Total	28.017

QUANTITATIVOS DE MOVIMENTOS/ ATOS PRATICADOS EM 2014

Ações ajuizadas	26.287
Cíveis	1.122
Criminais	25.165
Atendimentos ao público	62.964
Audiências/Sessões	96.284
Plenários do júri realizados	924
TAC/Acordos firmados	1.185
Manifestações/Despachos	551.194
Manifestações	426.751
Despachos	124.443
Alegações finais/Contestações/Réplicas	19.010
Recursos	25.909
Proposta de pena/Medidas/Remissão	13.384
Baixas/Ciências	411.513
Baixas	73.298
Ciências	338.215

Fonte de dados: Corregedoria-Geral

A EVOLUÇÃO DA GESTÃO

Por José Joaquim Vieira de Araújo,
Secretário de Planejamento



Partimos para o 5º ano de execução do Projeto Gestão Estratégica 2010-2020, que é um marco importante para estabelecer um ponto de reflexão e análise de toda a trajetória até aqui alcançada.

Neste momento, faz-se necessária uma verificação minuciosa do nosso mapa estratégico e de como a Instituição vem se comportando em relação aos cumprimento dos objetivos estratégicos, buscando validar por meio dos indicadores e das métricas, a efetividade e eficiência das mensurações e, principalmente, se essas apresentam com veracidade resultados para a sociedade.

Esse relatório, apresentado em formato de revista, mostra um pouco dos resultados alcançados nos últimos quatro anos pela Instituição, demonstrando o esforço de membros e servidores que acreditam na missão do Ministério Público e conseguem enxergar-se como um forte colaborador do bem estar social. Não se trata de fazer propaganda da Instituição, pois sua própria existência já a torna imprescindível para a sociedade. Trata-se, sim, fundamentalmente, de tornar pública sua atuação, dar publicidade aos atos, decisões, programas,

projetos e ações, em respeito e pelo compromisso com aqueles que nela atuam, dela dependem ou com ela se relacionam.

Isso é a essência de ser estratégico. É redirecionar o processo de comunicação para oportunizar uma mudança, um novo comportamento e não simplesmente informar o que acontece na organização.

Sinto-me honrado, como Secretário de Planejamento, em poder informar que desde o lançamento do Planejamento Estratégico, crescemos em quase 80% na realização das ações, projetos e iniciativas planejadas para a execução do Projeto Gestão Estratégica, o que demonstra que estamos no caminho certo, implementando instrumentos confiáveis e transparentes, investindo em pessoas e principalmente estabelecendo uma nova cultura de orientação para resultados.

A Gestão Estratégica é uma realidade no MPDFT. É mais que fazer tudo junto: é agregar pessoas em torno de um propósito para cumprir uma missão, é fazer da realização também uma questão da justiça.

“TOLICE É FAZER AS COISAS SEMPRE DO MESMO JEITO E ESPERAR RESULTADOS DIFERENTES.”

Albert Einstein

ÍNDICE REMISSIVO

Resultados para a Sociedade 18

- Cidadania Fortalecida 19
- Crianças e adolescentes protegidos 37
- Criminalidade combatida 32
- Direitos individuais indisponíveis protegidos 24
- Impunidade e corrupção combatidas 35
- Meio ambiente preservado 28
- Patrimônio público protegido 27
- Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas 39

Atividades Internas 42

- Aprimorar a estrutura física e organizacional 43
- Aprimorar comunicação interna 56
- Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade 57
- Buscar maior celeridade das rotinas operacionais 53
- Conciliar a independência funcional do membro com as diretrizes da instituição 55
- Descentralizar as atribuições das promotorias especializadas 49
- Desenvolver maior integração entre MPDFT e órgãos estratégicos 45
- Fortalecer a integração entre membros e servidores 52
- Incrementar a estrutura de assessoramento técnico e pericial 44
- Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros 60
- Possuir sede e estrutura próprias para todas as circunscrições e área administrativa 44
- Promover maior integração entre procuradores e promotores 50
- Racionalizar as atribuições existentes 55
- Viabilizar os recursos necessários para atendimento das demandas institucionais 59

Pessoas, Clima Organizacional e Tecnologia 62

- Atrair e reter talentos 67
- Compatibilizar quadro funcional com demandas institucionais 68
- Desenvolver competências, habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MPDFT 63
- Possuir sistemas de informação integrados, personalizados e atualizados 70
- Promover cultura de orientação para resultados 65
- Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional 67

Análise dos Resultados Alcançados 72

- Gestão Estratégica em Números 76
- Iniciativas por Perspectiva do Mapa Estratégico 73
- Iniciativas por Objetivo Estratégico 74
- Índice de Crescimento das Iniciativas 75
- MPDFT em Números 76



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



Disque 127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT
Brasília-DF, CEP 70.091-900 • Telefone: (61) 3343-9500
www.mpdft.mp.br • facebook.com/mpdftoficial